MOBILIDADE E TRABALHO DOS AGRICULTORES DE BAIXA RENDA DO VALE DO RIBEIRA

WILSON JACOMINI

Orientador: JOSÉ MOLINA FILHO

Dissertação apresentada à Escola
Superior de Agricultura "Luiz de
Queiroz", da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título
de Mestre em Sociologia Rural

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo - Brasil

Junho - 1981

. i .

ã Minha Família

AGRADEÇO

ã Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) ,
ao Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), ã Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e aos demais órgãos e instituições que participam do projeto de pesquisa "Alternativas de Desenvolvimento para os Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira" pela colaboração fundamental no fornecimento sempre oportuno e eficiente dos dados que serviram de base para a elaboração da presente pesquisa.

ao Professor José Molina Filho pela valiosa e segura orientação neste trabalho e pelo estímulo e apoio recebidos durante todo o Curso de Pós-Graduação.

aos Professores Maria Ignez Guerra Molina, Thomas J. Burke e Maria de Lourdes T.B.Wiendl pelas valiosas observações, críticas e sugestões feitas na elaboração e leitura dos originais.

aos Professores José Albertino Rosário Rodrigues, David G. Francis, Oriowaldo Queda, Fernando A. S. Rocha e José Ferreira de Noronha pela inestimável colaboração prestada no presente trabalho como docentes do Curso de Pós-Graduação.

.iii.

ao Professor Frank Perry Goldman pelo apoio constante em nos
sa carreira e a quem, principalmente, devemos nossa formação
profissional.

ao Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciên-
cias e Letras de Rio Claro, ao Departamento de Geografia e
Planejamento e Departamento de Planejamento Regional, do Ins-
tituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, "Campus" de
Rio Claro, por todo apoio e estímulos recebidos em nossa pro-
fissão e na realização do presente trabalho.

ao Professor Sebastião Baioco, companheiro no curso e na co-
leta dos dados na região pesquisada e aos demais colegas do
Curso de Pós-Graduação que também contribuíram para o presen-
te trabalho nos incentivando ou apresentando sugestões.

aos agricultores do Vale do Ribeira pela generosa acolhida ,
pela confiança e disposição em nos fornecerem os dados e
informações sem os quais não seria possível a realização des-
te estudo.

à Srta. Inês Aparecida Galetti e Srs. Aldo Mortari, Luiz
Garrito e Lázaro Martins pela colaboração e zelo dispensados
na fase de impressão do presente trabalho.

: iv.

a todos os funcionários do Centro de Processamento de Dados e do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ/USP que também contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização da presente pesquisa.

I N D I C E

páginas

LISTA DAS TABELAS.....	vii
RESUMO.....	xi
SUMMARY.....	xiv
I . INTRODUÇÃO.....	1
1. Mobilidade e Desenvolvimento Sócio-Econômico...	1
2. Colocação do Problema da Pesquisa.....	5
II . METODOLOGIA.....	8
1. Seleção da Área e da População Estudada.....	8
2. Alguns Problemas de Conceituação e de Metodolo gia.....	10
3. Coleta e Organização dos Dados da Pesquisa.....	18
III. A REGIÃO E A POPULAÇÃO ESTUDADA.....	21
1. Características Gerais.....	21
2. A Produção Agrícola.....	24
3. Mão-de-obra e Aspectos Educacionais.....	30
4. A Mobilidade Espacial.....	34
IV . MOBILIDADE E TRABALHO DOS AGRICULTORES.....	37
1. A Hierarquia de Prestígio Ocupacional.....	37
2. A Mobilidade Social dos Agricultores.....	54
3. Mudanças na Estrutura Ocupacional.....	81
4. Sucesso e Fracasso na Mobilidade dos Agriculto- res.....	94

V . CONCLUSÕES.....	107
VI . BIBLIOGRAFIA.....	113
APÊNDICE.....	118

LISTA DAS TABELAS

TABELAS	páginas
1. População Rural e Urbana dos Municípios do Vale do Ribeira, 1970.....	23
2. Distribuição dos Imóveis Rurais do Vale do Ribeira, segundo as Classes de Área, 1972.....	25
3. Mecanização Agrícola da Região Sudeste, do Estado de São Paulo e do Vale do Ribeira, 1970.....	28
4. Grau de Escolaridade dos Agricultores Entrevistados, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1972.....	32
5. Distribuição Percentual da Mão-de-obra Agrícola, segundo a Área dos Imóveis Rurais, no Vale do Ribeira, 1972.....	33
6. Distribuição da Ocupação Humana, segundo as Classes de Área dos Imóveis Rurais, no Vale do Ribeira, em 1972.....	35

TABELAS

páginas

7. Frequência e Percentagem dos Agricultores Entrevistados, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1973....	45
8. Distribuição Percentual dos Julgamentos dos Agricultores Entrevistados, quanto ao Prestígio atribuído às Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1977.....	49
9. Distribuição Percentual dos Agricultores Entrevistados, segundo a Receita Mensal de suas Famílias e as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1973.....	52
10. Distribuição Percentual dos Agricultores Entrevistados e de seus Pais, segundo as categorias de Trabalhadores Agrícolas (amplas categorias), Vale do Ribeira, 1973.....	55
11. Distribuição Percentual dos Agricultores Entrevistados e de seus pais, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1973.....	58

TABELAS

páginas

12. Frequência e Percentagem dos Agricultores Entrevistados, que estão na mesma Categoria ou em Categorias de Trabalhadores diferentes daquelas de seus pais, Vale do Ribeira, 1973.....	76
13. Mobilidade Social dos Agricultores Entrevistados e seus Lugares de Origem, Vale do Ribeira, 1973..	80
14. Frequência e Percentagem dos Agricultores e de seus Pais, segundo as Categorias de Trabalhadores, Vale do Ribeira, 1973.....	84
15. Distribuição Percentual dos Agricultores, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas e suas Indicações dos Locais para Mudança de Residência, Vale do Ribeira, 1973.....	88
16. Frequência e Percentagem da Mobilidade Social dos Agricultores, Vale do Ribeira, 1973.....	92
17. Distribuição Percentual dos Proprietários, Arrendatários e Parceiros e suas Aspirações quanto ao Cultivo de uma Área Maior, Vale do Ribeira, 1973.	96

TABELAS

páginas

18. Frequência e Percentagem dos Agricultores, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas e sua procura de Trabalho Adicional, Vale do Ribeira, 1973.....	97
19. Distribuição Percentual dos Agricultores, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, relativas aos seus Trabalhos Principais e Adicionais, Vale do Ribeira, 1973.....	100
20. Distribuição do Total dos Imóveis Rurais do Vale do Ribeira, em 1972.....	124
21. Distribuição da Ocupação Humana dos Imóveis Rurais do Vale do Ribeira, em 1972.....	125
22. Distribuição da Mão-de-obra Agrícola, segundo a Área dos Imóveis Rurais, no Vale do Ribeira, em 1972.....	126
23. Força de Trabalho na Zona Rural do Estado de São Paulo, 1955.....	127

MOBILIDADE E TRABALHO DOS AGRICULTORES DE BAIXA RENDA DO VALE DO RIBEIRA

Wilson Jacomini

ORIENTADOR: José Molina Filho

R E S U M O

Os benefícios do desenvolvimento sócio-econômico no Brasil não têm alcançado algumas de suas áreas rurais pobres. A presente pesquisa analisa os problemas da mobilidade e trabalho dos agricultores numa dessas áreas. A população estudada foi escolhida ao acaso através dos cadastros de proprietários do INCRA, seus dados foram coletados entre 1973 e 1977 e em função deles definimos as seguintes categorias de agricultores e sua respectiva hierarquia de prestígio: 1) proprietários, 2) arrendatários, 3) parceiros, 4) as salarizados fixos e 5) assalariados eventuais. A mobilidade estudada refere-se às mudanças dos agricultores através dessas categorias.

Os estudos sobre a mobilidade demonstram que os filhos tendem a permanecer nas mesmas categorias sócio-econômicas de seus pais. Foi isto também o que verificamos considerando apenas tres categorias de agricultores, ou sejam: 1) proprietários, 2) arrendatários e parceiros e 3) as-

salariados fixos e eventuais. Vimos que há associação positiva e significativa entre essas categorias pois, em todas elas o número de agricultores que permaneceram na mesma categoria de seus pais foi sempre maior que o dos que mudaram. Entretanto esta associação demonstrou ser relativamente fraca e as categorias consideradas são excessivamente amplas, pois podem estar escondendo a mobilidade que dentro delas ocorre. Consideramos então as cinco categorias que inicialmente foram definidas e, no mesmo nível de significância, verificamos que não mais havia a associação anteriormente encontrada: apenas 32,0% dos agricultores permaneceram na mesma categoria de seus pais, 19,1% mudaram para categorias superiores e 48,9%, para categorias inferiores.

Os custos da mobilidade são mais elevados quando ela é descontínua e os casos mais extremos dessa mobilidade foram os dos filhos dos proprietários pois, 17,3% deles tornaram-se assalariados eventuais. A mobilidade parcialmente bloqueada também é bastante significativa entre os agricultores estudados pois, por exemplo, dentre os que iniciaram suas carreiras como filhos de assalariados eventuais, 24,0% conseguiram tornar-se apenas assalariados fixos e 20,0% subiram apenas até as categorias dos parceiros e arrendatários. Também a mobilidade não institucionalizada é muito comum na população estudada e tem introduzido muita desorganização em sua estrutura ocupacional.

A tecnologia agrícola moderna e as aplicações das novas leis sobre a terra e sobre os trabalhadores rurais, têm provocado muitas mudanças na região. Isto tem aumentado a mobilidade dos agricultores, pois esta é um meio deles se adaptarem às mudanças que ocorrem. Assim muitas mudanças também são introduzidas nas categorias da estrutura ocupacional. Por exemplo, a categoria dos proprietários foi reduzida pela metade (de 56,5% para 28,3% do total) e as demais aumentaram bastante na estrutura relativa aos agricultores, quando comparadas com as categorias da estrutura relativa a seus pais.

As pessoas são mais estimuladas à mobilidade quando vêem suas ocupações como um meio de obterem sucesso. Entre os agricultores de baixa renda, entretanto, dificilmente isto ocorre pois, para eles geralmente as ocupações representam apenas um meio de sobrevivência. Por isso vimos, por exemplo, que 32,0% dos agricultores estudados estão imobilizados no fundo da estrutura ocupacional e têm se transformado em paupérrimos. Seu pauperismo tem muito que ver com sua imobilidade, pois é consequência de se terem fechado para eles os canais da mobilidade que os levaria para fora de uma categoria pobre. São eles principalmente que vivem os dramas da pobreza no campo.

MOBILITY AND WORK OF THE LOW INCOME FARMERS IN THE RIBEIRA
RIVER VALLEY

Wilson Jacomini

ORIENTADOR: José Molina Filho

SUMMARY

The benefits of the social economical development in Brazil have not reached some of its poor rural areas. The present research analyses the problems of the farmers' mobility in one of these areas. The population studied has randomly been chosen through the INCRA cadastre of real estate owners and the data about it has been collected between 1973 and 1977 and in accordance with them we have defined the following categories of farmers and their respective prestige hierarchy: 1) land owners, 2) tenants, 3) sharers, 4) permanent employees, and 5) temporary employees. The mobility studied concerns the farmers' changes through these categories.

The studies about the mobility demonstrate that the farmers' sons tend to remain in the same social economical categories as their fathers. That was also what we realized by considering three categories alone, as follows: 1) land owners, 2) tenants and sharers and 3)

permanent employees and temporary employees. We realized that there is a significant and positive association among these categories, for in all of them the number of farmers that remained in the same category as their fathers was always larger than the number of farmers who moved to another category. This association, however, turned up to be relatively weak and the categories considered are exceedingly broad, for they can be concealing the mobility occurring within themselves. We considered, then, the five categories we had defined at the beginning of this paper, and at the same level of significance, we realized that the association we had found before no more existed: only 32.0% of the farmers remained in the same category as their fathers; 19.1% moved up to higher categories, and 48.9% moved down to lower categories.

The mobility costs are higher when the mobility is discontinuous and the most extreme cases of this mobility were the ones of the land owners' sons, for 17.3% of them became temporary employees. The partially blocked mobility is also very significant among the farmers because, for instance, among those who have begun their careers as sons of temporary employees, 24.0% have accomplished to become only permanent employees and 20.0% moved up only to the sharer and tenant categories. The non-institutionalized mobility is also very common in the population studied and

has brought a great deal of disorganization into its occupational structure.

The modern agricultural technology and the enforcement of the new laws on the land and on the rural workers have provoked a great deal of changes in the region. This has increased the farmers' mobility because this is a means they have to adapt themselves to the changes that take place. Thus many changes are also introduced in the categories of the occupational structure. For instance, the land owner category has been reduced by the half (from 56.5% it dropped to 28.3% of the total) and the remaining categories have had a great increase in the structure concerning the farmers as compared with the categories of the structure regarding their fathers.

The people are more stimulated toward mobility when they see their occupations as a means to reach success. Among the low income farmers, however, this seldom happens because for them, in general, their occupations represent just a means of earning their living. Hence we have seen, for instance, that 32.0% of the farmers is immobilized at the bottom of the occupational structure and has been becoming extremely poor. Their pauperism has much to do with their immobility, for this is a consequence of the closing for them of the mobility channels which would lead them out of a poor category. They are the ones most of all who endure the drama of poverty in the rural area.

I. INTRODUÇÃO

1. Mobilidade e Desenvolvimento Sócio-Econômico

O crescimento econômico no Brasil, como em ou tros países em desenvolvimento, tem levado a uma intensa e desigual urbanização e industrialização de suas regiões e a um rápido desenvolvimento tecnológico. Os pequenos produtores e os trabalhadores agrícolas têm sido pouco beneficiados e até mesmo prejudicados com essas transformações, as quais não raro os tem levado ao êxodo rural. As descontinui dades e consequências do crescimento econômico também têm levado ao aparecimento dos chamados "bolsões de pobreza" ou "áreas de pobreza rural", onde sobrevivem os agricultores de baixa renda do país. Segundo PATRICK (1975a: 2), presen temente uma atenção cada vez maior vem sendo dada ao estudo

desses agricultores e um consenso cada vez maior vem se firmando de que, os planos de desenvolvimento do setor rural devem visar, também, a melhoria do bem-estar da população rural e não simplesmente o aumento da produção no setor.

São muitos os fatores de desenvolvimento que provocam mudanças no setor agrícola. Alguns deles são: a expansão das áreas de exploração agrícola, o desenvolvimento da tecnologia de produção, o aumento das migrações internas e o desenvolvimento da escolarização. Todos esses fatores contribuem para tornar menos rígidas e mais diversificadas as categorias dos trabalhadores agrícolas fazendo com que surjam canais de mobilidade entre elas. Assim, esses fatores tornam o desenvolvimento e a mobilidade social estreitamente relacionados e por isto, segundo GERMANI (1966), a própria mobilidade pode ser considerada como um aspecto importante do desenvolvimento, uma vez que ela se acelera e se mantém alta, enquanto dura o desenvolvimento.

Os estudos sobre o desenvolvimento e mobilidade em geral têm demonstrado que, na medida em que se processa o desenvolvimento sócio-econômico de um país, há mudança de suas técnicas mais simples de produção agrícola para técnicas mais complexas e sofisticadas e, enquanto que o número dos seus trabalhadores especializados tende a aumentar, o dos seus trabalhadores agrícolas tende a diminuir. Segundo QUEIROZ (1965:7), o desenvolvimento sócio-econômico bra-

sileiro tem seguido essas mesmas tendências e tem acentuado a mobilidade no setor agrícola, não apenas porque tem criado e desenvolvido ocupações novas, mas também porque tem atrofiado e extinguido muitos cargos ocupacionais. Esta atrofia e extinção tem ocorrido principalmente no setor agrícola, pois ali, em geral o desenvolvimento tem levado à adoção de uma tecnologia de produção relativamente moderna. . . Nas áreas onde isto ocorre, a própria mobilidade parece ser um produto da adaptação às mudanças tecnológicas ou é um produto de adaptação a outras mudanças provocadas pelo desenvolvimento.

Consequentemente, o desenvolvimento sócio-econômico estimula os agricultores à mobilidade e contribui para elevar seus níveis de aspiração. Segundo PASTORE (1974 : 14), entretanto, frequentemente os esforços dos agricultores no sentido da mobilidade social têm resultado apenas numa mobilidade espacial ou geográfica, a qual representa o fracasso da mobilidade desejada. Em consequência aumentam as diferenças entre as aspirações de mobilidade e a realidade para os agricultores, aumentando assim a instabilidade e a insatisfação na sua população. Essas frustrações têm contribuído, inclusive, para aumentar os protestos no setor agrícola e a própria estabilidade da sociedade nesse setor pode depender de como as autoridades constituídas lidam com esses protestos.

Nos países em transição de um estágio essen-

cialmente agrícola para um estágio industrial, o desenvolvimento sócio-econômico pode alterar a estrutura ocupacional. No Brasil, na década de 60 caracterizada por um grande crescimento econômico, a força de trabalho na agricultura diminuiu de 46,0% para 40,0% do total (PATRICK, 1975b:7). Acompanhando o desenvolvimento o processo de industrialização também pode modificar a estrutura ocupacional provocando uma reorganização da força de trabalho, levando cada trabalhador a empregar melhor suas aptidões. Neste caso a própria mobilidade resultante se constitui num fator de desenvolvimento. Foi no sentido de estudar alguns aspectos do desenvolvimento sócio-econômico no Brasil que, em 1972, se deu início ao projeto de pesquisa "Alternativas de Desenvolvimento para os Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira". Participam desse projeto a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o Instituto de Pesquisas Econômicas e outros órgãos interessados na aceleração do desenvolvimento no país. O presente trabalho baseia-se nesse projeto, entretanto restringe-se a uma população mais limitada e a um problema específico, ou seja, o de estudar a mobilidade e trabalho dos agricultores de baixa renda do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

2. Colocação do Problema da Pesquisa

A estrutura ocupacional compreende toda interação regular que ocorre entre as pessoas em função de suas ocupações e inclui os vários meios pelos quais os aspectos econômicos dos papéis sociais são diferenciados e organizados (MOORE, 1966:194). Segundo HUTCHINSON (1960:19), nessa estrutura as ocupações podem estar organizadas em estratos superpostos ou em níveis, segundo uma hierarquia de prestígio. Toda mobilidade ascendente ou descendente através dessa estrutura implica em mudanças para posições que possuem mais ou menos prestígio, respectivamente e toda mobilidade horizontal implica em mudanças entre posições que possuem prestígio semelhante. Os conceitos de mobilidade vertical e horizontal podem ser utilizados nos estudos da mobilidade de indivíduos ou de grupos de pessoas e podem se referir tanto à mobilidade estrutural como à mobilidade por substituição. A mobilidade estrutural refere-se às mudanças na ordem, no volume e no número dos estratos considerados. A mobilidade por substituição refere-se às mudanças através das quais as pessoas passam a ocupar as posições deixadas por outras pessoas e portanto não implica em mudanças estruturais. Consequentemente a mobilidade estrutural produz mudanças na estrutura ocupacional e a mobilidade por substituição teoricamente deixa-a intacta em sua forma.

Foi considerando o processo de mobilidade e os problemas de desenvolvimento acima colocados que nos propusemos realizar este estudo sobre a mobilidade e trabalho dos agricultores de baixa renda do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. A mobilidade desses agricultores, através das categorias de trabalhadores agrícolas, parece indicar a existência de uma hierarquia de prestígio entre elas e essa hierarquia parece ter sempre um sentido de ascensão e de descenso social. Considerando essa hierarquia, alguns autores têm indicado que na região estudada muitos trabalhadores agrícolas comuns têm conseguido tornar-se parceiros e muitos destes têm chegado a ser proprietários; por outro lado, há também muitos proprietários que têm se tornado parceiros e muitos desses também têm se tornado assalariados. Em consequência, verificamos que existem muitos casos de mobilidade na população estudada. Entretanto segundo PATRICK (1975a), apesar desses casos serem bastante conhecidos, são necessários outros estudos para que essa mobilidade, a hierarquia de prestígio e a estrutura ocupacional da região possam ser melhor conhecidas e analisadas. São esses os problemas que procuramos aqui estudar.

Nesta pesquisa sempre estaremos interessados na mobilidade dos agricultores de um modo geral, porém mais especificamente ela será analisada em termos intergeracionais, isto é, em termos das relações entre as categorias de

trabalho dos agricultores e as de seus pais. FOLKMAN e COUHIG (1963:407) em seus estudos verificaram que 85,0% dos agricultores entrevistados mantinham-se em ocupações semelhantes às de seus pais e, nesse sentido, analisaram a herança ocupacional e a herança da pobreza que geralmente os pequenos agricultores deixam para os seus filhos. Estas são algumas das questões que também procuraremos analisar aqui, verificando quais são as direções da mobilidade realizada pelos agricultores, quais os grupos que mais frequentemente subiram ou desceram na estrutura ocupacional e quais as mudanças ocorridas nessa estrutura. São estas, portanto, algumas das questões que procuraremos esclarecer no presente trabalho, admitindo juntamente com PATRICK (1975b:11) que, se conseguirmos identificar o grau em que os agricultores estão fixos ou móveis em suas categorias de trabalho e se conseguirmos caracterizar os diferentes grupos nesse sentido, isto poderá ser de grande valia para a definição dos programas de ajuda a eles destinados, permitindo que sejam assistidos de modo mais adequado à situação particular de cada um.

II. METODOLOGIA

1. Seleção da Área e da População Estudada

O projeto de pesquisa "Alternativas de Desenvolvimento para os Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira" visa analisar a situação dos agricultores de baixa renda em tres diferentes regiões do país e para isso selecionou, em cada uma delas, as áreas mais representativas da pobreza rural. As áreas selecionadas foram o Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo; a zona da Mata e Campos das Vertentes, em Minas Gerais e o Município de Canindê, no Sertão Central do Ceará. Como dissemos, o presente estudo utiliza os dados coletados através desse amplo projeto de pesquisa. Entretanto se restringe a uma população mais limitada e a

um problema específico, ou seja, o de analisar a mobilidade e trabalho dos agricultores de baixa renda do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

A área selecionada para o presente estudo constitui-se numa microrregião homogênea, onde a agricultura de baixa renda representa uma característica importante. Para a definição da população e seleção da respectiva amostra, estudada pelo projeto de pesquisa "Alternativas de Desenvolvimento para os Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira", foram usadas as relações de proprietários fornecidas pelo INCRA e a partir delas foi selecionada ao acaso uma amostra de pequenos proprietários, cujas propriedades eram menores que o módulo de suas respectivas regiões (PATRICK, 1975a:4). Dentre os proprietários sorteados foram eliminados os que possuíam duas ou mais propriedades e também os que tinham apenas sítios recreativos. Como não havia lista das pessoas pertencentes às demais categorias de agricultores, foram incluídos na amostra todos os agricultores não-proprietários que moravam próximos aos pequenos proprietários sorteados. Assim foram incluídas na amostra as pessoas pertencentes às várias categorias de agricultores, das diferentes regiões estudadas, sendo que no Vale do Ribeira os agricultores estudados residem nos municípios de Jacupiranga, Miracatui, Pariqueira-Açu e Pedro de Toledo. Segundo PATRICK (1975a:32), há grande variação na renda dos

agricultores dessa região. Entretanto, entre os agricultores aqui estudados, a renda "per capita" familiar (produto da divisão da renda total da família, pelo número de seus membros) varia apenas entre 15% e 30% abaixo da renda "per capita" estimada no Brasil, em 1973, que era de US\$ 700 anuais. Portanto, são esses os níveis que caracterizam a população estudada como sendo de baixa renda e composta por agricultores que residem numa região de pobreza rural. Consequentemente os agricultores estudados não representam o conjunto total dos agricultores brasileiros. Entretanto, segundo PASTORE (1974), eles representam os grupos de baixa renda da agricultura brasileira, pois vivem numa situação de subsistência, são típicos das áreas rurais pobres e representam os problemas da pobreza rural difundidos no país.

2. Alguns Problemas de Conceituação e de Metodologia

A descrição e análise da mobilidade aqui estudada subordina-se aos conceitos de mobilidade social. Essa mobilidade implica essencialmente no movimento de grupos ou de pessoas através da estrutura social, implica nas mudanças de uma posição social a outra ou de uma categoria social a outra. Segundo BROOM e SELZNICK (1968:178), a mobilidade social frequentemente tem sido inferida a partir da mobilidade ocupacional e essa inferência geralmente justifica-se porque a posição do indivíduo no padrão total das de-

sigualdades depende amplamente de sua ocupação. Segundo GALESKI (1972:35), toda ocupação consiste num complexo de atividades que requer treinamento especial, é executada regularmente, corresponde à prestação de serviços à outras pessoas e representa um meio regular de sustentação ou de sobrevivência. As categorias dos agricultores ou dos trabalhadores agrícolas referem-se às classificações de todo conjunto de agricultores que executam suas ocupações, segundo as mesmas condições ou segundo condições semelhantes de trabalho. Na presente pesquisa, no sentido de analisarmos a mobilidade dos agricultores, através das categorias de trabalhadores, nos baseamos principalmente nos estudos de ETTORI (1961), nos da Fundação Getúlio Vargas (1956) e nas observações de PATRICK (1975a) para definirmos as categorias estudadas. Assim definimos as seguintes categorias de trabalhadores, as quais representam os estratos da estrutura ocupacional relativa à população estudada: pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, assalariados fixos e assalariados eventuais. Como podemos perceber, essas categorias são bastante abrangentes. Entretanto não chegam a representar, por si mesmas, toda a posição sócio-econômica dos agricultores, uma vez que por status sócio-econômico devemos entender a posição social das pessoas, consideradas em função da média de suas posições ocupacionais e em função de seus níveis de renda e de educação (KAUFMAN *et alii*, 1953). Con-

sequentemente as categorias definidas, de fato não abrangem todos os aspectos da posição social dos agricultores. Entretanto devemos admitir que elas são bastante relevantes e distintas entre si, uma vez que permitem distinguir entre proprietários e não-proprietários e entre responsáveis (proprietários, arrendatários e parceiros) e não-responsáveis (assalariados) pela produção.

Segundo GALESKI (1972:46), as atividades dos fazendeiros ou dos proprietários de terra, embora sejam formalmente reconhecidas como constituindo uma ocupação ou como pertencentes a uma categoria ocupacional, de fato não são nem podem ser tratadas como tal, pois nenhum outro tipo de trabalho possui atividades tão amplas e tão abrangentes, combinando em si atividades pertencentes à várias ocupações. De fato é difícil definir os proprietários de terra como uma ocupação ou como uma categoria ocupacional, se as suas atividades são dirigidas apenas para a obtenção dos lucros ou dos proventos relativos às suas propriedades, ou se eles não trabalham como diretores de suas empresas. Isto é ainda mais comum no caso dos grandes proprietários, os quais geralmente são apenas os organizadores e quase nunca os executantes dos trabalhos em suas propriedades. Entretanto as dificuldades de se aplicar o termo categoria de agricultores ou de trabalhadores agrícolas aos pequenos proprietários que operam as suas propriedades, como é o caso dos

agricultores em questão, são bem diferentes. No caso dos pequenos proprietários aqui estudados, suas famílias traba-lham suas próprias terras, eles próprios são os empresários, os produtores e vendedores dos produtos colhidos e executam os vários outros serviços de suas propriedades. Portanto seus trabalhos envolvem atividades bastante variadas e, assim, não se constituem numa ocupação específica. Dadas essas considerações então devemos admitir que, ser fazendeiro ou ser grande proprietário de terra, pode corresponder quase exclusivamente a uma posição de classe ou a um status social. Porém ser um pequeno proprietário ou um pequeno produtor que trabalha sua terra, como é o caso de alguns agricultores aqui estudados, corresponde mais a uma categoria de agricultores ou de trabalhadores agrícolas.

Considerando o processo de mobilidade, verificamos que as variáveis cruciais ou mais importantes que aqui deverão ser estudadas são as que se referem às posições dos agricultores e de seus pais nas categorias de trabalhadores e a mobilidade dos agricultores através delas. As posições dos agricultores e de seus pais serão definidas em função das condições em que eles exercem suas ocupações, o que os situará nas categorias de trabalhadores. A mobilidade estudada refere-se às mudanças realizadas pelos agricultores em suas posições relativas a essas categorias, tendo como ponto de partida as posições ocupadas pelos seus pais.

Quanto à sua direção, essa mobilidade será analisada em seu sentido ascendente ou descendente, conforme os agricultores tenham se movido para cima ou para baixo na hierarquia de prestígio ocupacional; quanto à sua magnitude, ela será estimada em função das diferenças entre as posições dos agricultores e as de seus pais. Por exemplo, segundo os julgamentos dos agricultores, as categorias dos trabalhadores agrícolas compõem a seguinte hierarquia, conforme sua ordem decrescente de prestígio:

- 1- Proprietários,
- 2- Arrendatários,
- 3- Parceiros,
- 4- Assalariados fixos,
- 5- Assalariados eventuais.

Consequentemente um agricultor, filho de proprietário, que se tornou arrendatário, realizou uma mobilidade descendente menor que outro, também filho de proprietário, que se tornou assalariado eventual: no primeiro caso, o agricultor desceu apenas uma categoria, enquanto que, no segundo, o agricultor desceu 4 categorias. Através desses exemplos vemos também que, a posição dos pais representa apenas um ponto de partida em função do qual é avaliada a magnitude e a direção da mobilidade dos agricultores entrevistados, sobre os quais incide toda a análise da mobilidade.

No setor rural, frequentemente os trabalhado-

res têm mais de uma atividade, o que pode confundir o próprio Censo, já que um agricultor pode ser contado várias vezes em diferentes categorias ocupacionais (QUEIROZ, 1965:36). De fato, no setor agrícola não é raro um agricultor ser, ao mesmo tempo, proprietário de terra, parceiro na propriedade vizinha e, ainda, tarefeiro nas horas livres. Segundo PATRICK (1975a:42), é assim também na região estudada, pois ali muitos agricultores também trabalham fora de sua principal unidade de produção. PEREZ (1975) observou que, na região estudada, cerca de 40,0% dos agricultores desenvolveram atividades adicionais no ano agrícola de 1973/74 e notou que muitas atividades não-agrícolas lhes representam importante fonte de renda. Dada essa complexidade e polivalência das ocupações dos agricultores, tivemos que decidir em função de quais categorias de trabalhadores seriam definidas suas posições. E as definimos em função das categorias principais ou mais importantes, às quais eles declararam pertencer na época da pesquisa. Na grande maioria dos casos, essas categorias foram por eles mencionadas em primeiro lugar, o que significa que eram aquelas com as quais eles mais se identificavam. Frequentemente essas categorias se referiam, também, à sua maior fonte de renda e às atividades nas quais eles dispendiam o maior número de horas de trabalho por dia. Para a definição da posição dos pais dos agricultores, consideramos também as categorias de trabalha

dores que, nesse sentido, seus filhos mencionaram em primeiro lugar. Isto também significa que eles identificavam seus pais mais com essas categorias e que elas correspondiam mais às suas ocupações principais. Como na população estudada a média de idade dos agricultores é 43,5 anos e, considerando que as técnicas de pesquisa sobre a mobilidade intergeracional põem ênfase na correspondência entre as idades dos pais e as dos filhos estudados, definimos a categoria de trabalhador dos pais dos agricultores em função das categorias que, segundo seus filhos, eles possuíam ao redor dos 40 anos de idade.

Como a presente pesquisa se refere aos estudos de mobilidade, também ela apresenta algumas deficiências metodológicas que eles não têm conseguido eliminar. Por exemplo, esses estudos não contam ainda com uma base teórica adequada e por essa razão dependem essencialmente da metodologia neles utilizada (KAUFMAN *et alii*, 1953:16). Quanto às categorias neles consideradas verifica-se que, se as mesmas são definidas muito amplamente, tendem a ocultar a mobilidade que dentro delas ocorre, uma vez que são igualadas, numa mesma categoria, posições que são significativamente diferentes. Consequentemente teremos a falsa impressão de estar diante de uma estrutura relativamente estática, como se deu na presente pesquisa, quando os agricultores foram classificados em amplas categorias de trabalhadores (Tabela 10, p.

50). Segundo DUNCAN (1966:56), os estudos de mobilidade também apresentam deficiência, no sentido de que neles os dados em parte são colhidos retrospectivamente, uma vez que, por exemplo, inquire-se os entrevistados sobre o trabalho de seus pais. Segundo esse autor, nesses estudos é erro pensarmos que através dos filhos possamos ter uma amostra ou informações fidedignas quanto à população dos pais no passado, pois, épocas e populações diferentes exigem amostras diferentes. Nos estudos de mobilidade intergeracional, entretanto, quase sempre a amostra relativa à população dos pais é obtida apenas através da escolha dos respectivos filhos e geralmente apenas estes são entrevistados. Finalmente DUNCAN observa também que, os estudos de mobilidade têm o inconveniente de não apresentarem correspondência entre as idades nas quais se consideram as posições dos pais e as dos filhos, sendo irregulares, portanto, as comparações que entre elas se estabelecem. Nas suas conclusões, porém, DUNCAN admite que, apesar dessas deficiências introduzirem alguns problemas de significância e de validade nos estudos de mobilidade, elas não chegam a invalidá-los e se quisermos usar muitos dados sobre a mobilidade temos que aprender a lidar com essas deficiências, pois, embora existam algumas imprecisões nos seus estudos, isto não significa que eles sejam inválidos ou inúteis. Segundo WILENSKY (1966: 102), muitas deficiências dos estudos de mobilidade podem

ser contornadas, se neles procurarmos analisar apenas os tipos mais importantes de mobilidade e suas descontinuidades. Na presente pesquisa, seguindo as sugestões desses autores, sempre que possível procuramos contornar algumas das deficiências comuns desses estudos fazendo, como já explicamos, com que as posições dos agricultores e de seus pais fossem consideradas nas épocas em que eles tinham idades semelhantes; também procuramos reduzir ao mínimo o número das informações sobre os pais, as quais foram obtidas através dos filhos e, na discussão dos dados, procuramos analisar principalmente as descontinuidades na mobilidade.

3. Coleta e Organização dos Dados da Pesquisa

Os questionários relativos ao projeto de pesquisa "Alternativas de Desenvolvimento para os Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira" (nos quais se baseia o presente estudo), foram elaborados pelos técnicos das instituições nele envolvidas e foram aplicados principalmente pelos alunos dos cursos de pós-graduação das universidades que dele participam (PASTORE, 1974). As aplicações dos questionários, nas diferentes regiões estudadas, deu-se através de entrevistas realizadas com os chefes das famílias dos agricultores, em anos sucessivos. Na presente pesquisa, dada a região selecionada para estudo, utilizamos apenas os questionários aplicados no Vale do Ribeira, em julho de 1973 e julho

de 1974. O primeiro desses questionários foi aplicado em 239 agricultores, versava sobre o ano agrícola de 1972/73 e colheu dados sobre os recursos das famílias dos agricultores, seu capital humano, sua história e suas técnicas de produção. O segundo questionário foi aplicado em 225 dos mesmos agricultores entrevistados no ano anterior e colheu dados sobre os aspectos sociológicos e políticos de suas famílias e dados sobre suas atitudes quanto à tecnologia agrícola. Com base nesses questionários e tendo em conta o problema da presente pesquisa, organizamos fichas individuais com dados relativos a cada família ou a cada agricultor estudado. Foi a partir desses dados que construímos as tabelas e os quadros para a computação dos resultados relativos ao problema específico da pesquisa em questão. A discussão dos resultados foi realizada principalmente em termos de frequências, percentagens e Qui-quadrado (χ^2), uma vez que os dados relativos às variáveis estudadas foram classificados apenas em escalas nominais e ordinais.

Finalmente, para ganharmos maior insight sobre a população e sobre a região estudada, em julho de 1977 fizemos entrevistas e observações diretas nos municípios de Pedro de Toledo e de Miracatu. Nesses municípios entrevistamos 64 agricultores na zona rural, no sentido de observarmos suas condições de habitação, seu nível de vida, suas propriedades agrícolas e procuramos definir melhor a estrutura ocu-

pacional ou a hierarquia de prestígio existente entre as categorias dos agricultores. Nesse sentido pedimos aos entrevistados que considerassem as condições de vida e de trabalho, bem como os níveis de prestígio das diferentes categorias de agricultores e as ordenassem segundo uma hierarquia de prestígio. Foi através desses julgamentos que pudemos definir a mobilidade ascendente e descendente na estrutura ocupacional da população estudada. Paralelamente a esses trabalhos, fomos selecionando e organizando os dados dos recenseamentos e de outros estudos sobre o Vale do Ribeira, no sentido de obtermos uma visão geral da região e um esboço dos aspectos econômicos, das condições de vida e sobretudo da pobreza da população estudada.

III. A REGIÃO E A POPULAÇÃO ESTUDADA

1. Características Gerais

A área estudada localiza-se na região sudeste do país e, dentre as suas regiões, é nesta onde se faz o maior uso de terras aproveitáveis para a agricultura, é nela onde há o maior número de parceiros e arrendatários, embora entre seus agricultores predominem os trabalhadores assalariados (PEREZ, 1975:37). Nesta região, a área focalizada localiza-se no Estado de São Paulo. De um modo geral, este Estado tem uma agricultura altamente mecanizada e, embora use uma percentagem relativamente pequena de sua população economicamente ativa, sua agricultura tem um alto nível de produtividade e de comercialização. Neste Estado, geralmente os

assalariados fixos predominam nas grandes propriedades, os assalariados eventuais predominam nas propriedades médias e a mão-de-obra familiar predomina nas pequenas propriedades. Nas grandes propriedades há, em média, 6,5 residentes por imóvel e no Estado todo há um grande deslocamento da população rural para a periferia das zonas urbanas, o que dá origem à formação dos trabalhadores agrícolas volantes (PEREZ, 1975). No Estado de São Paulo, a área focalizada localiza-se no Vale do Ribeira, que representa a micro-região homogênea 265 (FIBGE, 1970), composta por dez municípios, conforme mostra a Tabela 1.

Esta tabela apresenta a relação dos municípios do Vale do Ribeira e suas respectivas populações, segundo o Censo de 1970. Através dela verificamos que, a microrregião em questão é composta por municípios cujas populações variam de 6.080 à 24.281 habitantes e em todos eles, exceto em Registro, a população rural é acentuadamente maior que a urbana. Segundo PATRICK (1975a), a microrregião em questão caracteriza-se por municípios pouco desenvolvidos e em toda ela a agricultura de baixa renda tem um peso importante.

Segundo PASTORE (1974:16), o Vale do Ribeira representa uma área de pobreza em meio a um Estado rico e isto é consequência das discontinuidades do desenvolvimento que se verifica no país. Como sabemos, esse desenvolvimento tem provocado intensa urbanização e industrialização em vá-

TABELA 1. População Rural e Urbana dos Municípios do Vale do
Ribeira, 1970.

MUNICÍPIOS	P O P U L A Ç Ã O		
	URBANA	RURAL	TOTAL
Cananéia	1.929	4.121	6.080
Eldorado	2.556	8.289	10.845
Iguape	8.903	10.308	19.211
Jacupiranga	6.730	9.540	16.270
Juquiã	3.665	8.984	12.649
Miracatu	2.175	11.963	14.138
Pariquera-Açú	1.850	5.956	7.806
Pedro de Toledo	1.817	4.278	6.095
Registro	12.617	11.664	24.281
Sete Barras	1.704	7.519	9.223

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico - São Paulo, 1970.

rias regiões, porém tem deixado de lado segmentos importantes da população, aumentando as desigualdades econômicas e sociais entre as diferentes áreas do país. É nessas áreas pouco desenvolvidas, ou áreas de pobreza rural, onde sobrevivem os grupos de baixa renda da agricultura brasileira. O Vale do Ribeira é uma dessas áreas e, por essa razão, o Gover-

no do Estado constantemente tem canalizado, para ali, muitos recursos visando atenuar os problemas existentes (PATRICK, 1975a:5). Os agricultores dessa região, cuja amostra é objeto do presente estudo, em geral são pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e assalariados. Segundo PASTORE (1974:14), esses agricultores têm achado difícil entrar para a agricultura comercial e, assim, se mantêm apenas numa agricultura de subsistência. Segundo PEREZ (1975), entretanto, essa região não pode ser considerada apenas uma área de agricultura de subsistência, embora uma parte significativa de sua produção destine-se apenas à subsistência dos seus produtores. Mais exatamente, os agricultores estudados devem ser considerados representantes dos grupos de baixa renda da agricultura brasileira, ou representantes dos grupos de pobreza rural difundidos no país.

2. A Produção Agrícola

Na região estudada, em termos numéricos predominam os minifúndios, porém, em termos de área, predominam as grandes propriedades. Trata-se de uma região litorânea, onde o clima é úmido e o terreno é parcialmente acidentado. A Tabela 2 mostra a distribuição de suas propriedades agrícolas, segundo as classes de área.

Esta tabela apresenta a distribuição das propriedades agrícolas, segundo as classes de área, no Vale do

TABELA 2. Distribuição dos Imóveis Rurais do Vale do Ribeira, segundo as Classes de Área, 1972.

Classes de Área (ha)	Imóveis	
	Nº	%
0 - 50	5.293	68,5
50 - 500	2.142	27,7
500 e mais	294	3,8
TOTAL	7.729	100,0

FONTE: L.H. PEREZ (1975:106)

Ribeira, em 1972. Verificamos que, de fato, a percentagem das propriedades pequenas, isto é, com menos de 50 ha é relativamente grande, pois alcança 68,5% do total. Entretanto segundo PEREZ (1975:107), a maior parte da área corresponde a apenas 3,8% dos imóveis relativos às propriedades de 500 ha e mais. Segundo PEREZ, no Vale do Ribeira a topografia é acidentada, sujeita a inundações e, por isso, sua área aproveitável é relativamente pequena. Mesmo essa área ainda é pouco explorada, pois apenas 30,9% dela é utilizada com as explorações agrícolas.

No Vale do Ribeira, 59,6% da área das grandes

propriedades (500 ha e mais) é destinada à extração de madeira (PEREZ, 1975:107). Segundo SIMÃO E GOLDMAN (1958:64-68), seus grandes bananicultores têm por norma não ocuparem suas terras com outros produtos, não possuem residência em suas fazendas e apenas raramente nelas comparecem para rápidas vistorias. Geralmente suas lavouras ficam entregues à administradores cujo nível de vida está apenas um pouco acima da aquele dos trabalhadores agrícolas comuns. Cerca de 44,3% da área das pequenas propriedades (menos de 50 ha) é destinada à criação de gado, porém a pecuária pode ser considerada insignificante no Vale. Em todo ele predominam as culturas do chá, banana e produtos hortícolas. Em grande parte da região não se produz senão banana. Os bananais são roçados de 3 a 5 vezes por ano e as colheitas são feitas 2 ou 3 vezes por mes. O chá é colhido o ano todo e as culturas temporárias são plantadas até 2 ou 3 vezes durante o ano. Segundo PATRICK (1975a:38), 40,0% dos parceiros e arrendatários da região são especializados em horticultura, 43,0% cultivam chá e banana e 17,5% têm apenas um pequeno bananal ou desenvolvem apenas uma agricultura de subsistência. Uma grande proporção dos proprietários, isto é, 46,0% deles também desenvolvem apenas uma agricultura de subsistência, 27,0% especializam-se na produção de banana e 16,0%, na produção de chá. Segundo PASTORE (1974:16), a produção agrícola do Vale é hoje a menor do Estado. Sua produtividade é baixa, porém não o su-

ficiente para dizermos que todo ele representa apenas uma área de baixa renda. Entretanto, a impressão de riqueza ou de prosperidade que algumas de suas grandes propriedades agrícolas possam nos dar parecerá falsa, se considerarmos que a maioria dos seus proprietários são apenas pequenos produtores (PEREZ, 1975:133).

Segundo MOLINA FILHO (1977:10), "a extensão gradativa do capitalismo ao campo tende a organizar a produção com vistas à especialização, ao mercado e ao lucro. O padrão de consumo tende a se modificar, pois o camponês passa a vender mais para comprar mais, modificando as características básicas de subsistência". No Estado de São Paulo, devido ao desenvolvimento sócio-econômico de um modo geral, tem havido muitas dessas transformações no setor agrícola. Por exemplo, a tecnologia agrícola tem evoluído bastante, tornando a agricultura altamente mecanizada, aumentando a agricultura comercial. O Vale do Ribeira, entretanto, não tem acompanhado essas transformações, pois não ocorrem ali as mudanças drásticas de cultura, nem a mecanização acelerada das técnicas agrícolas que se verifica nas outras regiões do Estado. Pela Tabela 3 podemos observar alguns indicadores da mecanização agrícola alcançada na área estudada, em seu Estado e na região Sudeste do país.

Através dessa tabela verificamos que, a área estudada apresenta alguns indicadores de mecanização agrícola

TABELA 3. Mecanização Agrícola da Região Sudeste, do Estado de São Paulo e do Vale do Ribeira, 1970.

Regiões	Número de Tratores	Hectares de lavoura por trator	% dos estabelecimentos com trator
Região Sudeste	79.852	121,0	5,91
Estado de S.Paulo	65.801	72,5	13,63
Vale do Ribeira	545	102,7	5,69

FONTE: L.H.PEREZ (1975:55 e 114).

la semelhantes aos de sua região, entretanto encontra-se bastante atrasada, nesse sentido, em relação ao seu Estado. Por exemplo: há relativamente pouca diferença, quanto ao número de hectares de lavoura por trator, entre o Vale do Ribeira (102,7 ha) e a Região Sudeste (121,0 ha), enquanto que essa diferença é bem maior entre o Vale do Ribeira e o Estado de São Paulo (72,5ha). Em relação à percentagem de estabelecimentos com trator dá-se o mesmo, isto é, na Região Sudeste e no Vale do Ribeira há aproximadamente a mesma percentagem (5,91% e 5,69%, respectivamente), enquanto que no Estado de São Paulo, em relação ao Vale do Ribeira, há mais que o dobro de estabelecimentos com trator (13,63% e 5,69% respecti-

vamente). Entretanto segundo SIMÃO e GOLDMAN (1958:65), apesar da bananicultura nessa região ser realizada essencialmente através do serviço braçal e de técnicas agrícolas rudimentares, nos serviços de plantação, trato e colheita do produto já têm sido desenvolvidas algumas tarefas bastante especializadas, principalmente na zona da grande rede dos rios que sulcam a região.

Segundo PATRICK (1975b:31), o Vale do Ribeira não conta com um sistema adequado de transportes. Entretanto como vimos, seus principais produtos (chá, banana e produtos hortícolas) são perecíveis e, portanto, dependem do transporte rápido para os centros consumidores. Para muitos agricultores, especialmente para os hortelãos, frequentemente as despesas com os transportes chega a ser maiores do que as com fertilizantes. No Vale, os parceiros e arrendatários predominam na agricultura comercial e são eles que mais adotam inovações agrícolas (PATRICK, 1975a). Entretanto os custos de produção desses agricultores são bastante elevados, principalmente devido aos gastos com os fertilizantes para bananas e produtos hortícolas e devido aos defensivos caros que o clima da região exige. É por essa razão que os pequenos agricultores (geralmente descendentes de japoneses), só à custa de pesados investimentos e de tecnologia avançada conseguem rendimentos satisfatórios em suas plantações (PEREZ, 1975:133).

Como temos observado, há grande variação entre as rendas das famílias do Vale. Entretanto, para o presente estudo foram selecionados apenas os agricultores cujas famílias integram os grupos de baixa renda da região. Entre esses agricultores, muitos inclusive não possuem as escrituras das terras que ocupam e pouco se distinguem dos Índios que também habitam a região. Esses agricultores vivem principalmente nas áreas montanhosas e, tal como os Índios, também se alimentam com os produtos dos seus roçados primitivos, da caça, da pesca e com a coleta de raízes, vagem e palmito. Em geral a pobreza dos agricultores do Vale os tem levado a trabalhar, também, fora de suas principais unidades de produção e, por isso, muitos possuem mais de uma ocupação. É assim que para a maioria dos proprietários, o arrendamento e a parceria constituem importante fonte de renda e são eles também que mais recebem renda fora da agricultura. Entretanto, em geral essa renda é bastante pequena, pois não chega a atingir 10% da renda das famílias dos agricultores e, portanto, não contribui substancialmente para a solução dos seus problemas (PATRICK, 1975a:30).

3. Mão-de-Obra e Aspectos Educacionais

Na população estudada, não apenas o nível de renda é baixo mas, o grau de escolaridade também. Os assalariados possuem os graus de escolaridade mais baixos e os pro

prietários, os mais elevados. Entretanto, também para os proprietários o grau de escolaridade é baixo, pois, em toda a população apenas um chefe de família tem mais que o curso primário (4 anos) e todos os demais têm apenas esse curso ou menos. Em geral os chefes de família já têm idade um tanto avançada e, portanto, o fato deles terem um grau de escolaridade relativamente baixo significa que foi no passado e não no presente, que houve falta de escolas na região. Assim, é principalmente a idade avançada dos chefes de família, que atualmente os impede de frequentarem a escola e até mesmo de receberem ajuda nesse sentido. A Tabela 4 mostra o grau de escolaridade dos agricultores estudados e sua distribuição segundo as categorias de trabalhadores.

Através dessa tabela verificamos que o grau de escolaridade da população estudada é bastante baixo, pois, não vai além de 1,3 anos de escola elementar. Verificamos também que, apenas 48,7% dos assalariados são alfabetizados e, portanto, apesar deles constituírem a grande maioria da população, mais da metade é, ainda, analfabeta. Em relação às demais categorias de agricultores, verificamos que a proporção de pessoas alfabetizadas também é relativamente baixa. Segundo PATRICK (1975a:20), a alfabetização realizada no lar ou através dos parentes parece ter papel importante entre os agricultores do Vale, uma vez que 56,5% deles são alfabetizados e apenas 42,1% conseguiram completar, no máximo, o 1º

TABELA 4. Grau de Escolaridade dos Agricultores Entrevistados, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1972.

Categorias de Trabalhadores Agrícolas	ESCOLARIDADE	
	anos de escola	alfabetizados (%)
pequenos proprietários	1,3	65,5
arrendatários e parceiros	1,1	67,5
assalariados	1,0	48,7

FONTE: G.F.PATRICK (1975:18).

ano da escola elementar. Isto significa que, entre esses agricultores a educação tem sido bastante valorizada e significa também que, eles têm se esforçado para aprender com os seus familiares, conhecidos ou através dos cursos do Mo-bral.

Como já observamos, a maioria dos agricultores estudados trabalha, também, fora de suas principais unidades de produção. Entretanto, considerando o trabalho no qual eles dispendem a maior parte do dia, a distribuição da mão-de-obra no Vale do Ribeira, segundo o tamanho das propriedades agrícolas, é a seguinte, conforme mostra a Tabela 5.

TABELA 5. Distribuição Percentual da Mão-de-obra Agrícola ,
segundo a Área dos Imóveis Rurais, no Vale do Ri-
beira, 1972.

Área dos imóveis em ha	Percentagem da mão-de-obra total			
	assalariado permanente.	assalaria- do temporã- rio.	mão-de- obra fa- milial.	parceiros e arrendatã- rios
menos de 50	13,2	41,0	43,8	2,0
50 a 500	27,7	46,5	22,3	3,5
mais de 500	36,3	55,9	4,7	3,1
TOTAL	21,8	45,1	30,4	2,7

FONTE: L.H.PEREZ (1975:110)

Segundo esta tabela, vemos que na região estu-
dada predominam os trabalhadores assalariados (21,8% e
45,1%), pois, constituem 66,9% do total. Quase a metade dos
trabalhadores (45,1%) são assalariados temporários e 30,4%
correspondem à mão-de-obra familiar. A proporção de parcei-
ros e arrendatários é relativamente pequena, pois, é apenas
2,7% do total. A maior proporção das pequenas propriedades
(menos de 50 ha), ou seja 43,8% delas, caracteriza-se pelo

uso da mão-de-obra familiar, enquanto que 46,5% das propriedades médias (50 a 500 ha) e 55,9% das grandes (mais de 500 ha), caracterizam-se principalmente pelo emprego de assalariados temporários.

4. A Mobilidade Espacial

Além da mobilidade social, que é objeto específico deste estudo, também observamos que na região estudada é relativamente intensa a mobilidade espacial dos agricultores. Essa mobilidade mais frequentemente se realiza em direção às cidades, ou seja, para fora da zona rural. Isto faz com que reste, nas propriedades agrícolas, um número considerável de casas vazias e um número bastante reduzido de pesoas ou de famílias. Em resumo, é isto o que mostra a Tabela 6.

Esta tabela apresenta a distribuição das pesoas e famílias, e a percentagem das casas vazias existentes nos imóveis rurais do Vale do Ribeira, em 1972. Verificamos que, na região estudada, a percentagem de casas vazias é relativamente grande e aproximadamente a mesma nas propriedades das três classes de áreas consideradas: varia de 22,3% nas propriedades pequenas (menos de 50 ha), para 26,4% nas propriedades médias (50 a 500 ha). O número de residentes e de famílias, por imóvel, aumenta com o tamanho das propriedades, variando de 5,6 pessoas e 1,1 famílias nas propriedades

TABELA 6. Distribuição da Ocupação Humana, segundo as Classes de Área dos Imóveis Rurais, no Vale do Ribeira, em 1972.

Classes de Área (ha)	residentes por imóvel	% de casas desocupadas nos imóveis	% de fa- mílias en- tre os re- sidentes	famílias por imó- vel
menos de 50	5,6	22,3	38,4	1,1
50 a 500	9,8	26,4	18,6	2,1
mais de 500	24,0	22,4	4,6	5,9
TOTAL	7,3	23,9	28,1	1,5

FONTE: L.H. PEREZ (1975:113)

pequenas, para 24,0 pessoas e 5,9 famílias nas propriedades grandes. Com a percentagem das famílias entre os residentes das propriedades dá-se o contrário, isto é, diminui na medida em que aumenta o tamanho da propriedade, pois varia de 4,6% nas propriedades grandes, para 38,4% nas propriedades pequenas.

Esta tabela mostra ainda que, é relativamente pequeno o número de pessoas e de famílias residentes nas

propriedades do Vale, ou seja, há apenas 7,3 residentes e apenas 1,5 famílias, em média, por imóvel. Segundo PATRICK (1975a), é esta a situação do Vale e geralmente são os agricultores mais jovens que abandonam a região, atraídos pelos empregos ou pelas cidades. A existência de cidades como São Paulo e Santos, relativamente próximas, chega a fazer com que na época das safras a mão-de-obra se torne escassa na região. Entretanto, a saída de agricultores do Vale tem sido compensada pela chegada de imigrantes vindos principalmente do nordeste do país. Assim é que, mais de 45,0% das pessoas residentes no Vale, para ali migraram vindo de outras regiões: 45,0% vieram do nordeste e 28,0% vieram do sul do país; 24,0% vieram de outras regiões do próprio Estado e apenas 3,0% são estrangeiros. Consequentemente é relativamente grande a mobilidade espacial dos agricultores na região.

IV. MOBILIDADE E TRABALHO DOS AGRICULTORES

1. A Hierarquia de Prestígio Ocupacional

São vários os fatores que servem de base ao prestígio, ou são vários os critérios que a sociedade e os indivíduos usam para atribuir prestígio às pessoas. Entretanto, tomando-se a sociedade como um todo, o prestígio das pessoas tem sido definido principalmente em função de sua participação nas principais instituições, como por exemplo nas instituições econômica, política e educacional. Assim é que, considerando-se a sociedade como um todo e esses critérios de prestígio, observa-se um claro desprestígio do rural em relação ao urbano, pois, geralmente é no setor rural onde encontramos os níveis de vida mais baixos da população. Entretanto o setor rural representa uma camada bastante numerosa

e diversificada da população e, assim, podemos encontrar entre os agricultores uma clara diferenciação ou estratificação social, baseada principalmente nas diferenças quanto aos níveis de vida e quanto ao prestígio resultante das várias categorias de trabalhadores.

No setor agrícola, os sistemas de exploração do solo, os tipos de cultura, a natureza dos povoamentos e outros fatores levam à formação de diversas categorias de trabalhadores, os quais desenvolvem diferentes relações de trabalho. A complexidade da estrutura ocupacional daí resultante, depende essencialmente das categorias desses trabalhadores e das diferentes formas de exploração do solo. Considerando-se que as ocupações agrícolas podem ser exercidas sob várias condições e que pode haver muita semelhança entre elas, verifica-se que é difícil diferenciar e classificar, com exatidão, os vários tipos de trabalhadores agrícolas ou as suas várias ocupações. Na presente pesquisa, com base nos estudos da Fundação Getúlio Vargas (1956), nos estudos de ETTORI (1961), nas observações de PATRICK (1975a) e nos dados coletados, foram definidas cinco categorias de trabalhadores agrícolas, em função das quais foram classificados os agricultores estudados. Essas categorias são as dos (1)peque-
nos proprietários, (2) arrendatários, (3) parceiros, (4) assalariados fixos e (5) assalariados eventuais, e se referem essencialmente às diferenças nas condições de trabalho, nos

níveis de vida e no poder de decisão dos agricultores.

Como podemos perceber, essas categorias distinguem entre proprietários e não-proprietários, isto é, entre os proprietários agrícolas e as demais categorias de trabalhadores rurais. Segundo os estudos da Fundação Getúlio Vargas (1956:71), trata-se de uma distinção entre dois grupos fundamentais, uma vez que a posse da terra é um dos principais determinantes do nível de vida dos agricultores. Na categoria dos proprietários incluímos todos os agricultores que trabalham em suas próprias terras. Em geral eles possuem uma situação almejada por quase todos os outros agricultores, pois são donos do seu próprio quinhão e, salvo casos especiais, têm um nível de vida superior ao dos outros agricultores que não alcançaram a condição de proprietário. Segundo MARSHALL (1963:571), a posição desses pequenos proprietários tem grandes atrativos, pois eles são livres para fazer o que quiserem, não são perturbados pela interferência do senhorio nem pelo receio de que outra pessoa colha os frutos de sua labuta. O sentimento de propriedade tende a dar-lhes mais respeito próprio. Raramente eles estão ociosos ou consideram seu trabalho como mera servidão; ao contrário, fazem tudo pela terra que tanto amam.

O segundo grande grupo de agricultores estudados refere-se aos não-proprietários, ou seja, aos arrendatários, parceiros e à numerosa classe dos empregados rurais. Es

tes são os assalariados em dinheiro e/ou produtos, os quais foram agrupados em duas categorias, relativas às suas condições de trabalho: a categoria dos assalariados fixos e a dos assalariados eventuais.

A categoria dos arrendatários refere-se ao grupo dos agricultores que não trabalham em suas próprias terras e pagam um arrendamento ou um aluguel fixo pelo uso das propriedades onde fazem suas explorações agrícolas. Em geral o valor desse aluguel é previamente combinado entre as partes contratantes, ou seja, entre o arrendatário e o proprietário e pode ser pago em dinheiro e/ou em espécie.

Tal como os arrendatários, os parceiros também correspondem a uma categoria de trabalhadores agrícolas que pagam aluguel pelo uso das terras onde fazem suas explorações. Diferindo dos arrendatários, entretanto, o aluguel pago pelos parceiros não corresponde a uma quantia fixa mas, a uma quota-parte da produção por eles obtida nas propriedades alugadas. Geralmente esta quota-parte também é previamente combinada entre as partes contratantes, ou seja, entre o parceiro e o proprietário e comumente é paga em espécie. Nos estudos sobre a parceria agrícola não raro encontramos uma diferenciação entre parceiros autônomos e não-autônomos. São considerados parceiros autônomos os que se assemelham aos arrendatários no sentido de que, também eles pagam um aluguel (embora variável em função do volume da produção)pela

terra que usam e têm autonomia na administração de suas explorações agrícolas. No outro caso, além do proprietário interferir bastante na administração ou nas decisões relativas às explorações agrícolas do parceiro, fornece-lhe sementes, adubo, ferramentas, etc. para o seu trabalho. Daí a razão dessa parceria ser considerada não-autônoma. Segundo os estudos da Fundação Getúlio Vargas (1956:73), este tipo de parceria se assemelha ao caso dos empregados agrícolas, especialmente ao dos assalariados em espécie, com a diferença de que, no caso dos parceiros, a remuneração corresponde a uma fração de sua produção. Segundo esses estudos a classificação dos parceiros não-autônomos está merecendo uma revisão, pois, a denominação parceria deveria ser reservada apenas para o caso dos parceiros autônomos, isto é, para os que se assemelham aos arrendatários. Os parceiros não-autônomos deveriam ser classificados na categoria dos empregados rurais. Foi este o critério que adotamos na classificação dos agricultores estudados.

A grande maioria dos empregados rurais trabalham como diarista, mensalista ou parceiro não-autônomo. Segundo os estudos de ETTORI (1961:17) sobre os trabalhadores agrícolas no Estado de São Paulo, os agricultores diaristas e mensalistas são, respectivamente, os que prestam serviços na base de uma remuneração diária ou mensal, recebendo seus salários em dinheiro no final de cada mês, quinzena ou mesmo

semanalmente. Eles também podem receber, a seu pedido, adiantamentos em dinheiro ou em mercadorias que são adquiridas na própria fazenda, ou nos armazens das vilas ou cidades próximas, onde a fazenda mantenha uma conta aberta. As relações de trabalho entre esses empregados e seus patrões diferem de uma propriedade para outra. Em todas elas entretanto, eles tendem a ser trabalhadores não especializados, não têm direito de tomar decisões sobre seus serviços e limitam-se a executar as tarefas específicas que lhes são indicadas. Segundo ETTORI, os diaristas, mensalistas e parceiros não-autônomos constituem a grande maioria dos trabalhadores assalariados, em dinheiro e/ou em espécie, na agricultura. Geralmente as propriedades os mantêm para os serviços permanentes durante o ano inteiro (o que dá origem à categoria dos assalariados fixos), ou apenas os contratam para as tarefas temporárias ou de curta duração (o que dá origem à categoria dos assalariados eventuais). Segundo os estudos do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (1966:146), dentre os trabalhadores agrícolas, os assalariados fixos e eventuais são os mais desprotegidos e representam uma grande proporção dos trabalhadores agrícolas do Brasil. Na presente pesquisa todos os agricultores diaristas, mensalistas, parceiros não-autônomos e, enfim, todos os agricultores que integram o grande grupo dos empregados rurais, foram classificados apenas nessas duas categorias, ou seja, como assalariados fixos ou

eventuais.

A categoria dos assalariados fixos compreende todos os empregados diaristas e mensalistas que, além da remuneração em dinheiro, raramente recebem em espécie, a não ser nos casos em que também recebem da fazenda mercadorias e lenha para combustível. Também foram incluídos, na categoria do pessoal fixo das fazendas, todos os empregados que têm uma remuneração mista, isto é, que além de receberem uma parte do salário em dinheiro, têm permissão para cultivar, na propriedade, pequenas roças de produção particular ou de subsistência, as quais são consideradas parte de suas remunerações. Finalmente, também foram incluídos na categoria dos assalariados fixos os parceiros não-autônomos, isto é, os trabalhadores das fazendas que recebem uma quota-parte de sua produção em produto ou em espécie. Eles podem ser total ou parcialmente assalariados e recebem das fazendas um pedaço de terra para plantarem para sua subsistência e para vender. Em geral esses parceiros têm certa liberdade para decidirem o que e quanto devem plantar, entretanto, em muitos casos essa liberdade é mais aparente do que real. Não raro é o proprietário da terra que designa qual a área a ser plantada, o que e quando deve ser plantado. Ao dispor de sua produção, esses parceiros devem entregar ao proprietário uma parte dos produtos ou devem vender-lhe toda sua parte vendável. Esse tipo de parceria e os trabalhadores com lotes, mais frequentemente foram encontrados nas fazendas mais antigas e

correspondem aos trabalhadores agrícolas mais tradicionais da região.

Na categoria dos assalariados eventuais foram incluídos os trabalhadores agrícolas que declararam ser admitidos, mais frequentemente, apenas por ocasião das grandes colheitas e plantios, ou para as tarefas de curta duração findas as quais são dispensados. Eles se constituem numa mão-de-obra erradia e, segundo os estudos da Fundação Getúlio Vargas (1956:75), representam uma categoria do nível mais baixo do meio rural brasileiro. A instabilidade dos seus empregos chega a dificultar inclusive a constituição de suas famílias. Quando residem fora das propriedades em que trabalham, ou seja, quando moram na zona urbana, vilas e subúrbios e vêm à propriedade apenas para prestarem serviços em certas épocas do ano, esses trabalhadores são chamados "volantes". Sua remuneração e a remuneração dos assalariados eventuais tende a ser quase exclusivamente em dinheiro e geralmente é estabelecida por dia, por hora ou por tarefa executada. Muito frequentemente a diária desses trabalhadores tende a ser superior à dos trabalhadores permanentes das fazendas, mas nem por isso o volume total de suas rendas chega a ser superior ao dos trabalhadores fixos.

Dadas as diferentes condições de trabalho que expressam, essas categorias constituem-se em categorias de mão-de-obra ou de trabalhadores agrícolas. Essencialmente

elas expressam as diferentes formas de relações de trabalho existentes entre a mão-de-obra rural e os empresários agrícolas e refletem os diferentes níveis ou condições de vida de vida dos agricultores. A classificação dos agricultores estudados através dessas categorias, resultou na seguinte distribuição, conforme mostra a Tabela 7.

TABELA 7. Frequência e Percentagem dos Agricultores Entrevistados, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1973.

Categorias de trabalhadores agrícolas	Frequência	%
proprietário	52	28,3
assalariado fixo	49	26,6
assalariado eventual	41	22,3
arrendatário	24	13,0
parceiro	18	9,8
TOTAL	184	100,0

Esta tabela mostra a distribuição dos agricultores estudados, segundo as categorias de trabalhadores agrícolas, as quais representam os estratos da estrutura ocupa-

cional relativa à população estudada. Como vemos, a categoria de maior volume é a dos proprietários, pois constitui 28,3% do total. Entretanto, se agruparmos os assalariados fixos e eventuais (excluindo-se apenas as categorias dos parceiros e a dos arrendatários) numa única categoria, isto é, na dos empregados agrícolas, veremos que ela passa a ser a de maior volume na população, pois se constitui em 48,9% do total. Segundo os estudos do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (1966), as proporções dessas categorias podem variar nas diferentes regiões do Brasil. Entretanto, muito provavelmente em nenhuma região elas deixam de estar representadas. É isto o que acontece também na região estudada. Os resultados da Tabela 7 coincidem ainda com os da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, apresentados por ETTORI (1961), relativos à força de trabalho na zona rural de todo o Estado. Segundo estes resultados (verificar Apêndice 9), a categoria dos proprietários é de fato a de maior volume na população, pois constitui 26,4% do total. E se também ali agruparmos as categorias dos colonos, dos camaradas por dia e camaradas por mês (excluindo-se também apenas as categorias dos parceiros e a dos arrendatários) numa única categoria, ou seja, na dos empregados agrícolas, verificaremos, também, que esse estrato é o de maior volume na população, pois se constitui em 42,2% do total.

Segundo HALLER *et alii* (1972:942), as pesqui-

sas sobre a mobilidade social requerem o conhecimento dos sistemas de prestígio da sociedade onde a mobilidade ocorre. Segundo PATRICK (1975a:12), na região estudada as categorias acima definidas podem se constituir numa hierarquia de prestígio, uma vez que nelas as posições têm sido conquistadas apenas quando as pessoas já têm adquirido um certo nível de idade, de experiência e/ou de recursos. Assim é que, na região estudada, a média das idades dos assalariados e dos parceiros é apenas 38 e 40 anos respectivamente, enquanto que a dos proprietários é 53 anos. Cerca de 50,0% dos assalariados e 40,0% dos parceiros têm menos de 38 anos, enquanto que apenas 10,0% dos proprietários têm menos que essa idade. Assim, podemos concluir que as categorias definidas se constituem numa "agricultural ladder", uma vez que, nelas, as pessoas têm conseguido alcançar as posições mais prestigiadas apenas na medida em que avançam em idade, experiência, etc. Daí a razão das idades das pessoas aumentarem, na medida em que passamos das categorias de menos prestígio para as mais prestigiadas, ou na medida em que passamos das categorias mais do fundo para as do topo dessa "escada agrícola". Nesta pesquisa, procurando definir melhor essa hierarquia de prestígio, pedimos a 63 agricultores da região estudada que considerassem os níveis de vida, as condições de trabalho e o prestígio dos agricultores pertencentes a cada uma das categorias de trabalhadores definidas e as classificassem segun-

do uma hierarquia de prestígio. Os resultados desses julgamentos são apresentados na Tabela 8.

Esta tabela apresenta a distribuição dos julgamentos dos agricultores quanto ao prestígio das categorias consideradas. A concentração das maiores percentagens, na diagonal da tabela, mostra que mais frequentemente os níveis mais altos de prestígio, isto é, os níveis 1, 2 e 3 foram atribuídos às categorias dos proprietários, arrendatários e parceiros, respectivamente; os níveis mais baixos, isto é, 4 e 5 mais frequentemente foram atribuídos às categorias dos assalariados fixos e assalariados eventuais, respectivamente. A dispersão das percentagens em relação à diagonal da tabela mostra que houve mais acordo entre os agricultores, quanto ao prestígio atribuído às categorias dos proprietários e dos assalariados eventuais, do que quanto às demais categorias.

Segundo os estudos de HALLER *et alii* (1972), realizados em Açucena (Minas Gerais) e em Bezerros (Pernambuco), mesmo nas comunidades rurais mais tradicionais e isoladas, mesmo naquelas onde predomina apenas uma agricultura de subsistência, há uma estratificação ou uma diferenciação social, que é reconhecida pelos moradores locais em termos de seus julgamentos sobre as ocupações. É isto o que demonstra a Tabela 8 em relação à população estudada. Seus resultados indicam que os agricultores entrevistados tinham uma clara definição das categorias que lhes foram apresentadas, ou se-

TABELA 8. Distribuição Percentual dos Julgamentos dos Agricultores Entrevistados, quanto ao Prestígio atribuído às Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1977.

Níveis de Prestí- gio	CATEGORIAS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS				
	proprie- tário	arrenda- tário	parcei- ro	assalaria- do fixo	assala- riado eventual
	%	%	%	%	%
1	90,5	1,6	0	7,9	0
2	3,2	68,9	14,8	15,9	0
3	1,6	24,6	49,2	23,8	9,5
4	4,7	0	34,4	46,0	14,3
5	0	4,9	1,6	6,4	76,2
TOTAL	100,0 (63)	100,0 (61)	100,0 (61)	100,0 (63)	100,0 (63)

ja, eles sabiam perfeitamente o que elas significavam e quais eram os seus valores em termos de prestígio na população. Os resultados dessa tabela indicam que, o grupo de referência em função do qual os agricultores julgaram o prestígio das categorias, de um modo geral é constituído pelos agricultores de toda a região, o que significa que a hierarquia definida mui-

to provavelmente faz parte da realidade social da maioria desses agricultores. Os valores que os agricultores entrevistados mais frequentemente consideraram, para julgar o prestígio das categorias, referem-se ao fato de seus respectivos trabalhadores possuírem ou não a propriedade da terra, serem ou não trabalhadores livres e independentes e terem ou não um trabalho ou um emprego "fixo e garantido". Foi principalmente em função desses valores que os entrevistados definiram a hierarquia de prestígio encontrada. Como vimos, segundo essa hierarquia as posições mais elevadas ou de mais prestígio são ocupadas pelos proprietários de terra ou pelos trabalhadores independentes; as posições mais baixas ou de menos prestígio são ocupadas pelos trabalhadores subordinados ou pelos assalariados fixos e eventuais. Consequentemente, dada essa hierarquia, realizar uma mobilidade social ascendente significa mudar de uma dessas categorias de menos prestígio para outra mais prestigiada e vice-versa.

Na sociedade contemporânea muitas posições sociais são adquiridas e outras atribuídas. É isto também o que se verifica na população estudada, considerando-se o conjunto dos valores e a estrutura de prestígio definida pelos agricultores. Segundo HILL e CHRISTENSEN (1942), essas diferentes formas de definição da posição das pessoas representa uma incongruência da estrutura social e contribui para que os indivíduos tenham diferentes chances de mobilidade .

É por essas razões que, também na população estudada, vamos encontrar muitos agricultores que se esforçaram para conquistar suas posições, enquanto que outros apenas se acomodaram nas posições adquiridas pelos seus pais.

São várias as ocupações em relação às quais não há correspondência entre o grau de prestígio e o volume de renda que elas representam. É o que se verifica também em relação às categorias de trabalhadores encontradas, conforme demonstram os dados da Tabela 9, quando comparados com os da Tabela 8.

A Tabela 9 mostra a distribuição percentual dos agricultores entrevistados, segundo a receita mensal de suas famílias e as categorias de agricultores. Verifica-se que as famílias que têm receita maior são as dos proprietários, pois 62,6% delas recebem mais de Cr\$ 4.000,00 por mes. As que têm receita menor são as dos assalariados eventuais, pois 71,5% delas recebem menos de Cr\$ 3.000,00 por mes. Entretanto a grande maioria (75,8%) das famílias dos assalariados fixos recebe mais de Cr\$ 3.000,00 por mes, enquanto que a maioria das famílias dos parceiros (70,0%) e dos arrendatários (77,8%), e 25,0% das famílias dos proprietários, têm uma receita de apenas Cr\$ 3.000,00 ou menos por mes. Dada a hierarquia de prestígio encontrada, vemos então que nem sempre há relação entre o prestígio da categoria e a receita das famílias dos agricultores, pois as categorias dos proprietá-

TABELA 9. Distribuição Percentual dos Agricultores Entrevistados, segundo a Receita Mensal de suas Famílias e as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1973.

RECEITA (CR\$)	CATEGORIAS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS				
	proprie <u>t</u> ário	arrenda <u>t</u> ário	par- ceiro	assala- riado fixo	assala- riado even- tual
	%	%	%	%	%
menos de 1.000,00	6,3	22,2	50,0	1,6	0
1.000,00 - 2.000,00	12,4	44,5	20,0	3,2	18,4
2.000,00 - 3.000,00	6,3	11,1	0	19,4	53,1
3.000,00 - 4.000,00	12,4	0	20,0	43,5	18,4
4.000,00 - 5.000,00	6,3	0	0	12,9	2,0
5.000,00 - 7.000,00	31,3	11,1	10,0	14,5	2,0
7.000,00 e mais	25,0	11,1	0	4,9	6,1
TOTAL	100,0 (16)	100,0 (9)	100,0 (10)	100,0 (62)	100,0 (49)

rios, arrendatários e parceiros foram consideradas superiores, em prestígio, à categoria dos assalariados fixos. De fato, na região estudada muitos pequenos proprietários, arren-

datários e parceiros desenvolvem apenas uma agricultura de subsistência, estão fora da agricultura comercial. A renda de suas famílias frequentemente excede a receita, entretanto, frequentemente também, elas nem conseguem traduzir em **volu-**mes de renda os seus parques rendimentos. Há inclusive muitas famílias de pequenos proprietários, cuja boa parte da renda advem de pensão recebida pelas pessoas idosas aposentadas da indústria ou do funcionalismo público (PATRICK, 1975b:22). Para essas famílias, então, a renda provinda da agricultura pode ser secundária. Isto não as estimula a se modernizar como agricultores, apesar de seu prestígio vir essencialmente de sua posição na categoria dos proprietários agrícolas. Apesar disto, como vimos, os trabalhadores sem terra ou os assalariados foram considerados como tendo menos prestígio que os proprietários, arrendatários e parceiros. Segundo SIMÃO e GOLDMAN (1958:82), de fato, mesmo "os pequenos posseiros, na em que não vendem sua força de trabalho, ocupam posições superiores à dos que se entregam a serviço de terceiros. Muitos tendem a se nivelar com estes, na medida em que se **assa**lariam".

Na população estudada, por exemplo, dada a hierarquia de prestígio encontrada, os agricultores que passaram das categorias dos proprietários, arrendatários ou parceiros para a dos assalariados fixos, realizaram uma mobilidade descendente. Entretanto, muitas pessoas podem não consi

derar assim. Na região estudada, como vimos, há muitos proprietários, arrendatários e parceiros cuja receita familiar mensal é menor e mais incerta que a de muitos assalariados fixos. Assim, para muitas pessoas o fato de um desses proprietários ter se tornado um desses assalariados fixos, não necessariamente significa uma mobilidade descendente. Elas podem valorizar mais os rendimentos econômicos desse agricultor, como assalariado fixo, antes que suas condições anteriores, como proprietário.

2. A Mobilidade Social dos Agricultores

Os estudos sobre mobilidade de um modo geral têm demonstrado que, mais frequentemente os filhos seguem as ocupações dos pais e, segundo DUNCAN (1966:68), é na agricultura que estão os exemplos mais extremos desse processo. De fato, PIHLBLAD e GREGORY (1957:44) em seus estudos também verificaram que, a grande maioria dos agricultores eram filhos de agricultores. Foi no sentido de verificar esse processo na população estudada, que classificamos os agricultores entrevistados e os seus pais nas seguintes amplas categorias de agricultores: 1) proprietários 2) arrendatários e parceiros e 3) assalariados. Consideramos essas três categorias bastante distintas e significativas no processo estudado, uma vez que elas permitem distinguir claramente entre proprietários, não proprietários ou assalariados e entre es-

ses e os co-responsáveis pela exploração agrícola, que são os arrendatários e parceiros. Foi em função dessa classificação que obtivemos os resultados da Tabela 10.

TABELA 10. Distribuição Percentual dos Agricultores Entrevistados e de seus Pais, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas (amplas categorias), Vale do Ribeira, 1973.

Categorias dos agricultores entrevistados	CATEGORIAS DOS PAIS NA IDADE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS		
	proprietários	arrendatários e parceiros	assalariados
	%	%	%
proprietários	33,7	7,1	25,0
arrendatários e parceiros	21,1	57,2	20,0
assalariados	45,2	35,7	55,0
TOTAL	100,0 (104)	100,0 (14)	100,0 (60)
$\chi^2 = 11,0643$ $p < 0,05$ $c = 0,241$ $\bar{c} = 0,816$			

Essa tabela mostra a classificação dos agricultores estudados e de seus pais, segundo as tres amplas categorias consideradas. Através dela vemos que há associação en

tre as categorias dos pais e dos filhos uma vez que, mais da metade dos filhos dos assalariados (55,0%), dos filhos dos parceiros e arrendatários (57,2%) e 33,7% dos filhos dos proprietários, se mantêm nas mesmas categorias de seus pais. Portanto, segundo esse grau de especificação das categorias dos agricultores, observa-se uma relativa imobilidade na estrutura ocupacional da população estudada, pois, em última análise, também verificamos que todos os seus agricultores são filhos de agricultores. Em consequência, não houve realmente mobilidade social num grau significativo na população estudada e, portanto, todo o movimento e a alta mobilidade espacial, que atualmente se verifica na região, não deve deixar-nos a falsa impressão de que não existe uma grande imobilidade em sua estrutura ocupacional.

Consequentemente a Tabela 10 mostra que, apesar dos agricultores mudarem frequentemente de emprego ou de ocupação, sempre continuou existindo entre eles e seus pais uma certa herança ocupacional e, assim, também uma herança do nível de vida ou da pobreza que os agricultores de baixa renda deixam para os seus filhos. De fato, segundo BROOM e SELZNICK (1963:204-216), na zona rural, embora os filhos possam mudar muitas vezes de ocupação, geralmente essas mudanças ocorrem apenas entre atividades específicas de uma mesma categoria ocupacional, ou eles mudam apenas para categorias adjacentes àsquelas de seus pais. Assim, vemos que as ca

categorias dos pais limitam os horizontes ou as alternativas nas escolhas ocupacionais dos filhos, fazendo com que geralmente eles escolham as mesmas ocupações ou ocupações semelhantes às de seus pais.

Portanto há, também na população estudada, uma clara tendência dos filhos permanecerem nas mesmas categorias de agricultores dos seus pais, pois a maioria deles tende a adquirir um tipo de trabalho ou de ocupação que tem um grau de prestígio e inclusive um volume de renda semelhante àquele de seus pais. São vários os fatores que contribuem para isso. Entretanto o principal deles é que, em relação ao nível social ou ao grau de prestígio, a família funciona como uma unidade, pois todos os seus membros tendem a ser reconhecidos como tendo o mesmo nível de vida e de prestígio do seu chefe (SMITH, 1966:155).

Entretanto, vemos que não é forte a associação entre as categorias dos agricultores e de seus pais demonstrada na Tabela 10. As categorias consideradas são excessivamente amplas e, assim, podem estar escondendo a mobilidade que dentro delas ocorre. Por outro lado, apesar do nível de significância (menos de 0,05) garantir certa representatividade da amostra utilizada, o índice de associação encontrado é relativamente baixo, ou seja, é apenas 0,241 quando poderia ser até 0,816 (Coeficiente de Contingência de Pearson). Consequentemente podemos supor que, existe alguma mobilida

de social entre os agricultores estudados e seus pais. De fa
to, foi isto o que verificamos através da Tabela 11.

TABELA 11. Distribuição Percentual dos Agricultores Entrevis
tados e de seus Pais, segundo as Categorias de
Trabalhadores Agrícolas, Vale do Ribeira, 1973.

Categorias dos Agricul <u>t</u> tores entre <u>v</u> vistados	CATEGORIAS DOS PAIS NA IDADE DOS AGRICUL <u>-</u> TORES ENTREVISTADOS				
	proprie <u>t</u> tário	arrenda <u>a</u> tário	parcei <u>r</u> o	assala <u>a</u> riado fixo	assalaria <u>a</u> do even <u>-</u> tual
	%	%	%	%	%
proprietário	33,7	0	50,0	25,7	24,0
arrendatário	11,5	41,6	0	14,3	8,0
parceiro	9,6	25,0	0	5,7	12,0
assalariado fixo	27,9	16,7	50,0	25,7	24,0
assalariado eventual	17,3	16,7	0	28,6	32,0
TOTAL	100,0 (104)	100,0 (12)	100,0 (2)	100,0 (35)	100,0 (25)

Esta tabela demonstra, de modo mais específico
que a anterior, as relações entre as categorias de trabalha

dores agrícolas relativas aos agricultores estudados e aos seus pais. Esta é a chamada "matriz de mobilidade" e, segundo o χ^2 para ela calculado, não há associação entre as suas categorias ao nível de significância de 0,05. Em consequência esses resultados demonstram que, dado este grau de especificação das categorias, mais frequentemente houve mobilidade social dos agricultores estudados em relação a seus pais. Segundo esta matriz, em todas as categorias sempre foi menor o número de agricultores que permaneceram nas mesmas categorias de seus pais. Em relação aos proprietários e arrendatários, por exemplo, a maioria dos entrevistados (66,3% e 58,4% respectivamente) desceu para categorias inferiores enquanto que, em relação aos assalariados fixos e eventuais, 45,7% e 68,0% respectivamente, subiram para categorias mais valorizadas que as de seus pais.

A Tabela 11, mostra, portanto, as proporções e direções em que se verifica a mobilidade social entre os pais e os filhos estudados. Quanto aos filhos dos proprietários, vemos que apenas 1,7 em cada 5 deles continuou na mesma categoria dos pais, ou, apenas 33,7% deles continuaram sendo proprietários; os demais desceram para categorias menos prestigiadas. Quanto aos filhos dos arrendatários, apenas 2,1 em cada 5 deles permaneceram na mesma categoria dos pais, ou, apenas 41,6% deles continuaram sendo arrendatários; os demais também desceram para categorias menos prestigiadas.

das. Em consequência verificamos que, é relativamente grande a mobilidade existente mesmo nas categorias mais altas da estrutura ocupacional e, dada essa localização, há mais chances dela ocorrer em direção ao fundo dessa estrutura.

Quanto às categorias do fundo da estrutura ocupacional verificamos que, dentre os filhos dos assalariados fixos, cerca de $1/4$ continuou na mesma categoria de seus pais, $1/4$ tornou-se proprietário e $1/5$ subiu para as categorias dos arrendatários e parceiros. Entretanto, $1/4$ dos filhos dos assalariados fixos desceram para a categoria dos assalariados eventuais, o que demonstra que a tendência em descer para essa categoria foi, também, bastante significativa. Quanto aos filhos dos assalariados eventuais, apenas $1/3$ permaneceu na mesma categoria de seus pais, $1/4$ tornou-se assalariado fixo, enquanto que a grande maioria, isto é, quase a metade deles, subiu para as categorias dos proprietários, arrendatários e parceiros. Portanto, considerando a Tabela 11, vemos que a tendência em permanecer nas categorias dos pais foi bem menor entre as categorias do fundo do que entre as do topo da estrutura ocupacional. Apenas 66,3% dos filhos dos proprietários e apenas 58,4% dos filhos dos arrendatários deixaram as categorias de seus pais, enquanto que 74,3% dos filhos dos assalariados fixos e 68,0% dos filhos dos assalariados eventuais mudaram para categorias diferentes daquelas de seus pais. Consequentemente esses resultados con-

cordam com os de PIHLBLAD e GREGORY (1957:49), os quais também verificaram que, a mobilidade tende a ser maior nas categorias do fundo do que nas do topo da estrutura ocupacional.

Esses resultados também demonstram que, há mais mobilidade entre as categorias do topo, isto é, apenas entre as categorias dos parceiros, arrendatários e proprietários por um lado, e entre as categorias do fundo, isto é, apenas entre as categorias dos assalariados eventuais e assalariados fixos por outro lado, do que entre as categorias do fundo e as do topo da estrutura ocupacional. Muito provavelmente o que torna essa mobilidade mais difícil são principalmente os fatores econômicos e educacionais. De um modo geral as categorias de trabalhadores, mais do topo da estrutura ocupacional, exigem um nível educacional mais elevado e principalmente mais recursos econômicos, o que geralmente os assalariados fixos e eventuais estão longe de possuir. Nas categorias do fundo, tudo o que é exigido dos trabalhadores são principalmente suas habilidades manuais ou seus trabalhos braçais. Consequentemente os fatores econômicos e educacionais passam a agir como barreiras, que impedem esses agrícultores de subirem das categorias do fundo para as do topo da estrutura ocupacional.

A passagem das categorias do fundo para as do topo da estrutura ocupacional, está relacionada às mudanças das ocupações manuais para as não-manuais. Segundo SMELSER e

LIPSET (1966:20), as mudanças entre essas ocupações geralmente estão relacionadas ao crescimento econômico das regiões onde elas ocorrem. Dada a natureza das ocupações agrícolas, é difícil distinguir entre tais ocupações, pois geralmente todas elas envolvem, em maior ou menor grau, as atividades manuais ou braçais. Assim, na população estudada, tudo o que pudemos verificar foi que a mobilidade do fundo para o topo da estrutura ocupacional é a menos frequente e está relacionada às mudanças das categorias de trabalhadores, que são essencialmente manuais ou braçais, para as categorias onde eles não são essencialmente assim. Em consequência, dadas as declarações de SMELSER e LIPSET de que essas mudanças estão relacionadas ao crescimento econômico das regiões onde elas ocorrem, concluimos que provavelmente esse crescimento não tem sido muito significativo na região estudada.

Segundo os dados da Tabela 11, 25,7% dos filhos dos assalariados fixos e 24,0% dos filhos dos assalariados eventuais conseguiram subir para a categoria dos proprietários. Através da Tabela 4 vimos que, de um modo geral esses agricultores têm um grau de escolaridade relativamente baixo. Em consequência isto parece negar a necessidade de um alto grau de escolaridade, para que muitos agricultores ascendam das categorias do fundo para as do topo da estrutura ocupacional. De fato, segundo LIPSET (1955), o mercado de trabalho, especialmente no setor agrícola, não vem exigindo

dos trabalhadores um grau elevado de escolaridade, mesmo para as ocupações mais bem remuneradas. Portanto, se algum empregador seleciona seus empregados com base no grau de escolaridade, isto pode nada ter a ver com as tarefas que eles irão executar. Mesmo que sejam específicas, dada a atual divisão do trabalho, essas tarefas geralmente poderão ser aprendidas em poucos dias, no próprio emprego, não requerendo nenhum treinamento anterior. Se a escola treinasse os agricultores para o trabalho, ela poderia se constituir num dos principais agentes de sua mobilidade. Entretanto, parece que a escolarização no campo não tem facilitado a mobilidade dos agricultores e, de fato, ali as principais chances de mobilidade social não necessariamente pertencem aos que têm mais títulos escolares, ou mais conhecimentos técnicos. Na zona rural, atualmente, um dos títulos mais valorizados é o de proprietário de terras e, como sabemos, para a sua obtenção nem os títulos escolares ou os conhecimentos técnicos têm sido muito necessários.

Frequentemente tem sido observado que a escolarização no campo estimula a migração dos agricultores, pois, geralmente são os mais escolarizados que deixam o campo para irem às cidades. Isto ocorre principalmente porque, na zona rural, há uma clara contradição entre as aspirações que a escolarização desperta nas pessoas e os meios que o ambiente rural lhes possibilita para subirem socialmente. Segundo

PATRICK (1975b:10), a política econômica atual parece pôr ênfase no uso cada vez maior de nova tecnologia na agricultura. Sabe-se que isto agrava o problema da renda dos agricultores, entretanto esta medida é considerada essencial para elevar a produtividade agrícola. Os técnicos nesses assuntos têm chegado à conclusão de que, os problemas da baixa renda dos agricultores não podem ser resolvidos apenas em termos do mundo agrícola e, por isto, a política econômica atual tem posto ênfase na escolarização dos jovens agricultores, no sentido de ajudá-los a irem se empregar no setor urbano. Entretanto, como vimos, muitas ocupações que representam melhores condições de vida para os agricultores não têm requerido deles muita escolaridade e pode haver agricultores que, apesar de terem alcançado um grau de escolaridade relativamente elevado, tiveram que permanecer na mesma categoria de trabalhador, ou teriam que emigrar para a cidade para conseguir emprego melhor. É assim que a escolaridade, na zona rural, pode transformar-se num motivo de ressentimento e numa das razões pelas quais muitos agricultores abandonam a estrutura ocupacional do campo, para concorrer no mercado de trabalho das cidades.

Através da Tabela 11 observamos também que, a mobilidade dos agricultores tem diminuído a tradição e tem introduzido muita heterogeneidade nas categorias dos trabalhadores consideradas. Isto se deve ao fato de que, em cada

categoria, exceto na dos proprietários, é bastante maior a proporção dos trabalhadores oriundos de outras categorias . Por exemplo: quanto aos parceiros, nenhum dos trabalhadores é oriundo dessa categoria, 55,6% vieram da categoria dos proprietários e os demais são originários de todas as outras ; entre os assalariados fixos, apenas 19,1% são oriundos dessa categoria, 61,7% vieram da categoria dos proprietários e os demais também são originários de todas as outras. Quanto aos arrendatários e assalariados eventuais verificam-se resultados semelhantes. Isto demonstra que, de fato, em todas as categorias, exceto na dos proprietários, a grande maioria dos trabalhadores têm uma origem ocupacional bastante heterogênea e não são tradicionais ou antigos em suas categorias . Talvez seja esta uma das razões pelas quais parece estar diminuindo a solidariedade entre os trabalhadores nas fazendas e talvez seja por isto também que dificilmente eles agem como uma unidade.

Na mobilidade entre as categorias dos agricultores, é interessante notar em que medida eles se adaptam às novas categorias nas quais ingressam, ou se eles retêm os velhos hábitos e costumes de suas antigas categorias. Pode haver conflito entre os antigos hábitos introjetados pelos trabalhadores e as exigências de suas novas categorias , o que lhes acarreta muitos problemas e muita heterogeneidade nas categorias em que ingressam. Provavelmente é isto também

o que está ocorrendo na região estudada. Por exemplo: tem sido observado que muitos assalariados eventuais, ao se instalarem nas fazendas, levam para ali os hábitos e costumes nômades ou seminômades de sua categoria, o que faz com que se alterem os hábitos de trabalho e mesmo a maneira de **viver** dos poucos antigos moradores ou colonos que ainda residem ali. Segundo GERMANI (1966), esta heterogeneidade nas categorias dos trabalhadores também é provocada, quando os trabalhadores agrícolas se movem para a categoria dos operários das indústrias nas cidades. Eles levam para sua nova categoria muitos dos seus antigos hábitos e costumes de trabalho, provocando muita heterogeneidade na categoria dos operários das indústrias.

Em consequência da grande mobilidade hoje existente no setor agrícola, especialmente nas categorias dos assalariados fixos e eventuais, não mais têm se desenvolvido, nas fazendas, os grupos de trabalhadores com os costumes ou com a maneira de **viver** dos antigos colonos. Atualmente nas fazendas os trabalhadores frequentemente nem chegam a desenvolver as relações primárias ou a solidariedade entre si. Nesse sentido são bastante significativas as declarações de um dos agricultores entrevistados que assim se expressou: "Tem muita gente nova nessa fazenda. Agora, aqui, só nós somos antigos. Os outros são gente estranha que vieram de fora. Eu não gosto de ser vizinho deles, nem de ir trabalhar com eles."

Hoje é muito diferente daquele tempo em que a gente ia trabalhar com os antigos colonos. A gente tinha confiança neles. Mas eles foram embora e eu estou pensando em mudar daqui também". Isto mostra que a mobilidade dos agricultores, principalmente aquela relativa às categorias mais baixas, além de ser bastante elevada, ocorre num espaço de tempo relativamente curto, não dando oportunidade aos trabalhadores de desenvolverem uma tradição em seus grupos, nem de consolidarem suas relações sobre bases mais duradouras.

Como podemos compreender, os custos da mobilidade são mais elevados para os agricultores quando as categorias que eles atravessam são bastante amplas, ou quando elas possuem características bastante diferentes. No caso da mobilidade descendente, então, aos custos normais dessa mobilidade, devemos acrescentar as grandes frustrações que o indivíduo experiencia pelo fato do seu nível de vida e/ou de prestígio ter baixado bastante. Segundo GERMANI (1966:367), entretanto, os custos e as frustrações da mobilidade poderiam ser reduzidos, se fossem diminuídas as diferenças entre as categorias mais imediatas através das quais os indivíduos se movem e se as frustrações relativas à mobilidade descendente fossem compensadas, dando-se às pessoas que desceram novas oportunidades de participarem de outras vantagens e benefícios que a sociedade oferece. Por exemplo: no caso dos agricultores que desceram da categoria dos proprietários para a

dos assalariados fixos ou eventuais, seus sindicatos deveriam procurar compensar os custos e as frustrações de sua mobilidade, proporcionando-lhes novos recursos através dos quais eles próprios poderiam se amparar e melhorar sua situação.

A descontinuidade na mobilidade refere-se ao fato dos agricultores, através de suas mudanças no trabalho, atravessarem uma ou mais amplas categorias de trabalhadores. Esta mobilidade implica em muitas descontinuidades, além daquelas relativas ao trabalho. Por exemplo, ela pode levar as pessoas a mudarem de residência, de região e até as suas relações com as instituições. Segundo WILENSKY (1966), a mobilidade descontínua não é rara e é mais frequente nas categorias mais baixas da estrutura ocupacional. Assim, podemos supor que essa mobilidade tende a ser mais comum no setor agrícola uma vez que, as ocupações desse setor em geral são classificadas nos escalões mais baixos da estrutura ocupacional da sociedade como um todo.

Podemos analisar a mobilidade descontínua dos agricultores estudados através da Tabela 11. Ali verificamos que os casos mais extremos dessa mobilidade, no sentido descendente, referem-se à passagem dos agricultores da categoria dos filhos de proprietários para as categorias dos assalariados fixos ou eventuais. Neste caso os agricultores atravessaram duas ou três categorias e, como mostra a tabela, seu número é relativamente grande, pois, dos que iniciaram suas

carreiras como filhos de proprietários, 27,9% hoje são apenas assalariados fixos e 17,3% são apenas assalariados eventuais. Os casos mais extremos dessa mobilidade, no sentido ascendente, são os que ocorreram no sentido inverso, isto é, referem-se às mudanças dos agricultores das categorias de filhos de assalariados fixos ou eventuais para a categoria dos proprietários: 25,7% dos filhos dos assalariados fixos e 24,0% dos filhos dos assalariados eventuais tornaram-se proprietários. Portanto, são esses os principais casos de mobilidade descontínua ascendente e descendente ocorridos na população estudada. Muito provavelmente, para a maioria dos agricultores que a realizaram, tal mobilidade implicou em mudanças nas suas relações com as instituições, com os familiares e amigos e em mudanças de residência ou de área residencial.

O ajustamento dos agricultores móveis às novas categorias, também será mais difícil e custoso quanto maior forem as discontinuidades entre elas. A congruência entre elas será maior onde as diferenças entre as condições de trabalho não forem marcantes e será maior ainda onde as ocupações forem organizadas em carreiras. Segundo WILENSKY (1966: 112) essas condições contribuem para tornar a mobilidade menos custosa e mais fácil, especialmente se o indivíduo móvel desenvolve a mobilidade junto com sua família. Nesse caso ele não apenas terá mais satisfação com a mobilidade, como

também poderá ser ajudado pela família a fazer as adaptações às novas situações em que tiver de ingressar, reduzindo assim as tensões que essas mudanças provocam.

Um dado tipo de estrutura ocupacional tende a desaparecer quando a mobilidade nela existente não é institucionalizada, ou quando há grande desequilíbrio entre as aspirações dos trabalhadores e suas chances de mobilidade (GERMANI, 1966:371). Esta é uma situação bastante comum na zona rural, especialmente entre os agricultores de baixa renda, como é o caso aqui estudado. Como vimos, esses agricultores além de terem um baixo nível de renda, têm, também, um baixo grau de escolaridade. Consequentemente para eles, tanto as chances como os canais de mobilidade tendem a ser poucos numerosos. Por isso há, na população estudada, também muitos casos de mobilidade não institucionalizada ou pouco institucionalizada, o que provoca muita desorganização na sua estrutura ocupacional. Segundo WILENSKY (1966:105), onde há carreiras ordenadas e onde um emprego leva a outro, há mais integração no trabalho e este é mais integrado à vida e à comunidade. Entretanto, onde há descontinuidade ocupacional e onde um emprego não leva a outro, o que geralmente observa-se é um acentuado desemprego, muita desordem nas mudanças de emprego, fraca dedicação ao trabalho e pouca ligação entre o trabalho, a vida e a comunidade. Sem dúvida estas são algumas características que também podem ser observadas na popu-

lação estudada. Elas refletem-se, inclusive, no número relativamente grande de vezes que os agricultores abandonaram suas categorias de trabalhadores para ingressarem em outras. É assim que, através dos quadros do Apêndice, podemos verificar por exemplo que, dentre os filhos dos proprietários (Apêndice 1), 14,4% mudaram 4 vezes de categoria; dentre os filhos dos arrendatários (Apêndice 2), 50,0% mudaram 3 vezes, e dentre os filhos dos assalariados fixos (Apêndice 3) e filhos dos assalariados eventuais (Apêndice 4), 22,9% e 16,0% respectivamente, mudaram também 3 vezes de categoria. Portanto, esses agricultores tendem a mudar muito frequentemente e muito abruptamente de emprego ou de categoria de trabalhador.

Essas descontinuidades da estrutura ocupacional estudada refletem-se também no fato de que, um grande número dos seus trabalhadores agrícolas não reside no campo mas, na periferia das cidades próximas. Cerca de 22,3% deles são assalariados eventuais e, como sabemos, a eventualidade dos seus empregos geralmente não os estimula a se dedicarem ao trabalho ou à suas ocupações; 37,1% deles exercem efetivamente outra ocupação ao lado de suas ocupações principais e 20,7% anda, também, à procura de trabalhos adicionais. Enfim todos esses fatores contribuem bastante para que haja certa desorganização, ou mesmo certa desordem, na estrutura ocupacional estudada.

Isto significa que a mobilidade não institucional

nalizada e a complexidade e polivalência das ocupações agrícolas introduzem muita incongruência na estrutura ocupacional. Dada a sua própria natureza, a mobilidade não institucionalizada é uma poderosa fonte de tensões, frustrações e ressentimentos. Ela tem mais chances de ocorrer na medida em que aumenta a mobilidade porque, com esse aumento tende a aumentar o número dos trabalhadores incongruentes na estrutura ocupacional. Quando o número desses trabalhadores aumenta e aumentam os índices de mobilidade, a homogeneidade interna das categorias dos trabalhadores tende a diminuir. Consequentemente diminuem também as brechas relativas às diferenças entre essas categorias, diminuindo assim as descontinuidades entre elas. Logo, esses fatores alteram a estrutura ocupacional e tendem a enfraquecer a solidariedade entre os membros das categorias de trabalhadores. Segundo WILENSKY (1966:124), é assim que a mobilidade irregular ou descontínua contribui para um maior movimento na estrutura ocupacional. Esses movimentos, entretanto, tendem a ser abruptos e imprevisíveis . Eles podem levar à destruição de muitos laços de parentesco e amizade, podem criar muitas situações instáveis e desordenadas nos empregos, levando às descontinuidades relativas às migrações e a tudo o que elas implicam.

Como vemos, são bastante amplos e variados os efeitos da mobilidade estudada. Entretanto, uma de suas principais consequências é que ela leva os indivíduos a aceita-

rem ou a rejeitarem a ordem social em que vivem. Ela é uma força integradora dos indivíduos, quando é igualmente possível em todas as categorias de trabalhadores, quando a hierarquia e a descontinuidade entre essas categorias é mínima e quando permite os ajustamentos às várias condições de trabalho. Nesse caso os custos da mobilidade são pequenos e o balanço entre a aspiração de mobilidade e a mobilidade efetiva que o indivíduo realiza, o leva a um maior envolvimento e a uma maior aceitação da ordem social (GERMANI, 1966:376). Em última análise então, o que realmente importa é o balanço que o indivíduo faz entre a mobilidade que efetivamente tem realizado e suas aspirações de mobilidade, principalmente aquelas estabelecidas em função de seus grupos de referência, ou seja, daqueles em relação aos quais ele avalia a maior parte de suas privações e recompensas na sociedade.

A mobilidade ascendente parcialmente bloqueada geralmente constitui-se em fonte de ressentimentos e tensões e frequentemente leva as pessoas a alienarem-se da sociedade e de si mesmas. Entretanto, se o trabalhador satisfaz suas ambições, ou se a sua mobilidade não é bloqueada, isto o liga mais à sociedade, não o aliena. Por essas razões, segundo WILENSKY (1966:123), as pessoas mais alienadas geralmente são encontradas nas categorias mais baixas dos trabalhadores e vice-versa. Segundo esse autor, é bem conhecida a teoria do papel estratégico de um grupo parcialmente

frustrado nos primeiros estágios de seu desenvolvimento ocupacional. Essa teoria admite que, se as aspirações de mobilidade da população são completamente satisfeitas, não surgirá na sociedade nenhuma atitude revolucionária, nenhum comportamento inovador. Por outro lado, a mobilidade descendente parcialmente bloqueada também pode agravar as tensões sociais, especialmente se restarem às pessoas que caem algum poder ou recursos através dos quais elas possam se rebelar.

Também na população estudada é bastante significativa a mobilidade parcialmente bloqueada, através das categorias dos trabalhadores. Pela Tabela II verificamos que, em todas as categorias consideradas é relativamente grande a proporção das pessoas móveis em ambos os sentidos, isto é, no sentido ascendente e descendente. Dentre os que iniciaram suas carreiras como filhos de assalariados eventuais, 24,0% conseguiram tornar-se apenas assalariados fixos, 20,0% tornaram-se parceiros ou arrendatários e 24,0% conseguiram tornar-se proprietários. Para a maioria dessas pessoas, então, a aspiração de tornarem-se proprietários, arrendatários ou parceiros foi impedida por sua mobilidade ascendente parcialmente bloqueada, gerando todo tipo de tensão e de ressentimentos em que isto implica. No sentido descendente, vemos que 21,1% dos que iniciaram suas carreiras como filhos de proprietários, hoje são apenas arrendatários ou parceiros e 27,9% desceram até a categoria dos assalariados fixos. Para

essas pessoas então, a mobilidade descendente também foi parcialmente bloqueada, uma vez que não desceram até o fundo da estrutura ocupacional. Quanto às demais categorias e em relação à mobilidade ascendente, observa-se o mesmo processo: há várias proporções significativas de agricultores que também conseguiram realizar apenas uma mobilidade parcialmente bloqueada, ou seja, foram bloqueados na realização das suas aspirações de mobilidade. Se a todos esses casos de mobilidade ascendente parcialmente bloqueada, juntarmos todos os casos de mobilidade descendentes antes analisados, então poderemos inferir que, sem dúvida, há muita tensão, ressentimentos e alienação na estrutura ocupacional da população estudada.

A Tabela 12 expõe a mobilidade dos agricultores estudados, mostrando as frequências e percentagens dos que estão na mesma categoria ou em categorias de trabalhadores diferentes daquelas de seus pais.

Esta tabela mostra que, 32,0% dos agricultores estudados permaneceram nas mesmas categorias de trabalhadores de seus pais. Portanto a maioria, ou seja 68,0%, mudou para outras categorias. Dentre as categorias consideradas, observa-se que são principalmente a dos proprietários (33,7%) e a dos arrendatários, (41,7%) as que têm mais força em subordinar o trabalho dos filhos e, portanto, é mais nessas duas categorias que se observa certa herança ocupacional entre as gerações estudadas. As categorias que demonstram me-

TABELA 12. Frequência e Percentagem dos Agricultores Entrevistados, que estão na mesma Categoria ou em Categorias de Trabalhadores diferentes daquelas de seus Pais, Vale do Ribeira, 1973.

categorias dos pais dos agricultores		na mesma categoria		em categorias diferentes	
		n	%	n	%
proprietários	N= 104	35	33,7	69	66,3
arrendatários	N= 12	5	41,7	7	58,3
parceiros	N= 2	0	0	2	100,0
assalariados fixos	N= 35	9	25,7	26	74,3
assalariados eventuais	N= 25	8	32,0	17	68,0
TOTAL	= 178	57	32,0	121	68,0

nos influência, nesse sentido, são a dos parceiros e a dos assalariados fixos. Em consequência, são principalmente as categorias dos proprietários e dos arrendatários as que mais têm contribuído para a imobilidade dos agricultores, enquanto que são principalmente as categorias dos parceiros e dos assalariados fixos as que mais têm contribuído para sua mobili

dade. Segundo PATRICK (1975a), nos países subdesenvolvidos ou nas regiões em desenvolvimento, como é o caso aqui estudado, o prestígio das famílias dos proprietários vem principalmente da propriedade da terra, ainda que ela não lhes proporcione grande rentabilidade. Em consequência, para conservarem seu prestígio essas famílias insistem em conservar a propriedade da terra, mesmo às custas de consideráveis prejuízos econômicos. Esta é uma das razões pelas quais, principalmente nas regiões em desenvolvimento, os proprietários de terra frequentemente nasceram nessa mesma categoria e, inclusive, na mesma região onde vivem. De fato, tanto no Vale estudado como em outras regiões agrícolas pobres, parece que são principalmente os pequenos e os grandes proprietários de terra os que mais se esforçam em permanecer nessa categoria que, era a mesma de seus pais. Apesar disto convém notar que, conforme mostra a Tabela 12, em todas as categorias sempre é bastante menor a proporção dos agricultores que se mantiveram na mesma categoria de seus pais, ou, é sempre maior a proporção daqueles que mudaram. Portanto isto demonstra que, todas as categorias de agricultores consideradas de um modo geral têm contribuído mais para a mudança do que para a estabilidade da estrutura ocupacional estudada.

A mobilidade dos agricultores, através das categorias dos trabalhadores agrícolas, altera a estrutura ocupacional da comunidade onde ocorre. O impacto dessa mobilida

de depende, principalmente, dos volumes das categorias de onde os agricultores saem e dos volumes daquelas onde eles entram: quanto menor for esses volumes, mais significativas serão as entradas e as saídas dos agricultores. Pela Tabela 12 podemos verificar esse movimento na população estudada. Vemos que as categorias menos volumosas são as dos arrendatários e parceiros, pois, representam apenas 7,9% da população. A maioria desses agricultores, isto é, 58,3% dos arrendatários e 100,0% dos parceiros, hoje estão em categorias diferentes daquelas de seus pais. Portanto, além dos volumes dessas categorias serem os menores, a grande maioria dos seus agricultores são originários de outras categorias. Sem dúvida isto tem influências bastante significativas sobre os agricultores e sobre a estrutura ocupacional estudada. Por exemplo, é muito provável que, nas categorias menos volumosas e constituídas mais por pessoas oriundas de categorias diferentes, a coesão e a solidariedade entre os agricultores seja menor.

As chances das pessoas subirem na estrutura ocupacional dependem das oportunidades que objetivamente existem para isto, dependem das pessoas perceberem ou não essas oportunidades e dependem de certas qualidades ou características das pessoas. Segundo CROCKETT (1966:291), geralmente são as pessoas que têm mais habilidades empáticas e mais criatividade as que têm mais chances nesse sentido. Mais

especificamente os estudos sobre a mobilidade no setor rural têm demonstrado que, a mobilidade ascendente ou descendente dos agricultores está relacionada aos seus lugares de origem. Os imigrantes, em uma dada localidade, tendem a realizar a mobilidade ascendente mais frequentemente do que os nativos locais. Estes, mais frequentemente que os imigrantes, tendem apenas a conservar suas posições ou podem descer para categorias mais baixas na estrutura ocupacional. Muito provavelmente as diferenças de mobilidade, entre os imigrantes e os nativos, estão relacionadas às suas categorias de trabalhadores, à personalidade básica dos que emigram e principalmente aos diferentes tipos de coerção que a comunidade local exerce sobre os nativos e não sobre os imigrantes. Foi no sentido de verificarmos as relações, entre a mobilidade dos agricultores e os seus lugares de origem, que organizamos os dados conforme mostra a Tabela 13.

Esta tabela mostra a relação entre a mobilidade dos agricultores estudados e seus lugares de origem ou de nascimento. Vemos que 32,0% dos agricultores não têm sido môveis na estrutura ocupacional e a maior proporção deles, isto é, cerca de 43,9% ainda hoje residem no mesmo município onde nasceram e, portanto, são nativos locais. Cerca de 34,7% desses nativos têm se conservado imóveis na estrutura ocupacional, 52,8% têm realizado uma mobilidade descendente e 12,5% ascendente. Dos agricultores que hoje residem no Vale

TABELA 13. Mobilidade Social dos Agricultores Entrevistados e seus Lugares de Origem, Vale do Ribeira, 1973.

Mobilidade	LUGARES DE NASCIMENTO				
	Município onde reside	Vale do Ribeira	Outras regiões do Estado de S. Paulo	Outros Estados	Outros Países
	%	%	%	%	%
ascendente	12,5	19,5	35,7	25,0	0
imóvel	34,7	31,7	42,9	20,8	100,0
descendente	52,8	48,8	21,4	54,2	0
TOTAL	100,0 (72)	100,0 (41)	100,0 (14)	100,0 (48)	100,0 (3)

do Ribeira, mas que nasceram em outras regiões do Estado de São Paulo, 42,9% têm se mantido imóveis na estrutura ocupacional, apenas 21,4% realizaram uma mobilidade descendente, enquanto que 35,7% realizaram uma mobilidade ascendente. Portanto, verifica-se que os agricultores nativos locais têm tido menos chances que os imigrantes que ali chegaram de permanecer em suas categorias de trabalhadores, ou de ascender na estrutura de prestígio que elas representam. Mais frequentemente que os imigrantes, os nativos locais tendem a

descer nessa estrutura. Assim, esses resultados concordam com as observações de HOSELITZ (1966:191) de que, as pessoas nativas nas diferentes localidades geralmente tendem a ser mais tradicionais e pretendem menos que os imigrantes, ou se esforçam menos que eles, para melhorarem em suas posições sociais ou ocupacionais.

Pela Tabela 13 verificamos também que, dentre os agricultores que têm realizado uma mobilidade descendente, mais da metade, isto é, 66,7% são nativos dos municípios e do Vale estudados. Cerca de 36,0% dos imigrantes vindos de outras regiões do Estado de São Paulo e 25,0% dos que vieram de outros Estados realizaram uma mobilidade ascendente. Entretanto, dos agricultores nativos dos municípios e do Vale estudados, apenas 12,5% e 19,5%, respectivamente, têm realizado essa mobilidade. Portanto, esses resultados também demonstram a relação entre a mobilidade dos agricultores e seus lugares de origem, pois, também segundo eles geralmente os imigrantes têm tido mais chances que os nativos de subirem através das categorias de agricultores.

3. Mudanças na Estrutura Ocupacional

Na zona rural, como vemos, frequentemente os filhos dos agricultores mudam para ocupações ou para categorias de trabalhadores diferentes daquelas de seus pais. Frequentemente, inclusive, eles mudam para ocupações urbanas e

deixam a zona rural. É assim que no setor rural, mais comumente que no urbano, a mobilidade tende a ser de movimento não-recíproco, ou seja, é menos comum o caso de uma pessoa ocupar a posição deixada por uma outra. Por essa razão a mobilidade nesse setor, especialmente a dos agricultores mais jovens, tende a provocar mudanças na estrutura ocupacional, pois, em vez deles acentuarem as tendências existentes nas ocupações, mais frequentemente eles as interrompem deixando a agricultura e evadindo-se para as cidades. De fato, segundo RAMSOY (1966:222), quanto mais rural e menos industrializado for o ambiente, menor será a semelhança entre a estrutura ocupacional dos pais e a dos filhos, pois, mais frequentemente os filhos tenderão a abandonar a estrutura relativa à geração dos pais. Portanto, é assim que no setor rural geralmente os agricultores acabam contribuindo para que a estrutura ocupacional se modifique, tanto no volume como no número de suas categorias.

Na região estudada estão sendo aceleradas as mudanças nos setores econômico e social, e isto também tem provocado muitas mudanças em sua estrutura ocupacional. Segundo PATRICK (1975a:23), em parte essas mudanças se devem ao Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural, os quais começaram a ser ali aplicados a partir de 1963/64. Devido às aplicações desses estatutos muitos assalariados fixos dispensados de seus empregos, outros permaneceram no em-

prego mas passaram a trabalhar sob novas condições, outros, ainda, foram expulsos das fazendas ou transformados em assalariados eventuais. A dispensa dos assalariados fixos, em parte veio contribuir para que **outros agricultores** encontrassem trabalho nas fazendas, acentuando assim as transformações que as aplicações dos estatutos em questão têm introduzido na estrutura ocupacional.

A Tabela 14 mostra a distribuição dos agricultores estudados e a de seus pais, segundo suas categorias de trabalhadores, evidenciando as estruturas ocupacionais relativas a essas duas gerações e as mudanças entre elas ocorridas.

Segundo esta tabela, houve mudanças bastante significativas na estrutura ocupacional da população estudada. De fato a ordem dos volumes das suas categorias não se modificou, pois, por exemplo, as categorias dos proprietários e parceiros são, respectivamente, as mais e as menos volumosas, tanto na estrutura relativa à geração dos agricultores. Entretanto, os volumes das categorias se alteraram bastante. Quanto à categoria mais valorizada, ou seja, a dos proprietários, o volume foi reduzido pela metade, isto é, de 56,5% para 28,3% e os das demais aumentaram bastante, exceto os das categorias dos autônomos não-agrícolas e assalariados urbanos as quais deixaram de existir. Consequentemente esses resultados confirmam as observações de DUNCAN (1966 :

TABELA 14. Frequência e Percentagem dos Agricultores e de seus Pais, segundo as Categorias de Trabalhadores, Vale do Ribeira, 1973.

Categorias de Trabalhadores	Distribuição dos pais		Distribuição dos agricultores	
	n	%	n	%
proprietário	104	56,5	52	28,3
arrendatário	12	6,5	24	13,0
parceiro	2	1,1	18	9,8
assalariado fixo	35	19,0	49	26,6
assalariado eventual	25	13,6	41	22,3
autônomo não-agrícola	4	2,2	0	0
assalariado urbano	2	1,1	0	0
TOTAL	184	100,0	184	100,0

54) segundo as quais, embora as ocupações dos pais tenham certa força em determinar as dos filhos, a mobilidade intergeracional modifica a estrutura ocupacional entre uma geração e outra.

Segundo os dados obtidos, quase a metade dos

agricultores estudados, ou seja, cerca de 49,0% deles têm realizado uma mobilidade descendente, Muito provavelmente isto ocorre porque, conforme observa RAMSOY (1966), no setor rural o aumento da população não tem sido proporcional, ou tem sido maior que o aumento no número das posições na estrutura ocupacional. Isto se dá principalmente nas categorias mais elevadas de trabalhadores, daí a razão da maioria dos agricultores estudados ter descido para os escalões mais baixos da estrutura ocupacional. É assim que a mobilidade no campo ocorre principalmente em função das modificações nessa estrutura, seja pela criação de novas categorias de trabalhadores, ou pela mudança nos volumes das categorias existentes. Na medida em que aumentam as posições no topo da estrutura, as pessoas tendem a subir através das categorias de agricultores; na medida em que essas posições se restringem, as pessoas tendem a descer. Na população estudada a mobilidade estrutural também tem sido muito significativa, pois, como vimos, as proporções entre as categorias dos agricultores modificaram-se bastante entre as gerações estudadas, tendo se restringido o volume da categoria dos proprietários e aumentado os das demais. Assim vemos que, de fato, no setor rural a mobilidade age mais no sentido de modificar a estrutura ocupacional, pois não apenas muitos agricultores abandonam o campo indo para as cidades, mas muitos também descem para os escalões mais baixos dessa estrutura.

Na estrutura estudada 68,6% dos proprietários e 50,0% dos arrendatários são filhos de proprietários. Portanto, as duas categorias mais prestigiadas continuam sendo dominadas pelos filhos dos agricultores que, no passado também tinham mais prestígio na população. Assim, há relativamente poucos homens novos nas categorias do topo da estrutura ocupacional, pois o prestígio parece ter continuado nas mãos das mesmas famílias durante as duas gerações estudadas. De fato, segundo SELIGMAN (1966:361), no presente parecem estar desaparecendo os canais de recrutamento de novas pessoas para as categorias do topo da estrutura ocupacional, especialmente para a categoria dos proprietários e isto ocorre principalmente porque o desenvolvimento sócio-econômico pode atrofiar ou aumentar a demanda nas diferentes categorias.

A análise da mobilidade aqui realizada corresponde à análise da força com que a estrutura ocupacional que existiu no passado, através da geração dos pais, determinou a estrutura do presente relativa aos agricultores estudados. Essa determinação se deu em função da força com que as categorias de trabalhadores dos pais determinaram as dos filhos . Será nas mesmas proporções aqui encontradas, que as atuais categorias dos agricultores irão determinar as categorias de agricultores dos seus filhos, no futuro? Será nessas mesmas proporções que a atual estrutura ocupacional irá determinar a futura estrutura ocupacional da população? Como podemos

compreender, se as categorias de trabalhadores dos pais invariavelmente determinarem as dos filhos, então essa estrutura deverá continuar, isto é, deverá continuar tendo as mesmas proporções entre elas. Do contrário essa estrutura deverá se modificar, como vimos que se modificou, do passado para o presente, através das gerações estudadas.

Segundo PATRICK (1975b), há um movimento relativamente numeroso de migração para a região estudada. De fato verificamos que, 36,5% dos agricultores estudados não nasceram no Vale do Ribeira e, portanto, são imigrantes ali. Segundo PATRICK também, há um volume relativamente grande de migração para fora do Vale, e nesse sentido procuramos verificar quais eram os desejos dos agricultores estudados quanto às emigrações, ou quanto a mudarem dos lugares onde residem. São esses dados que expomos na Tabela 15 em função das categorias dos agricultores.

Esta tabela mostra a distribuição dos agricultores estudados, segundo as categorias de trabalhadores agríícolas e suas indicações dos lugares para mudança de residência. Vemos que mais da metade dos agricultores, ou seja, 57,7% não pretende fazer essa mudança, 69,6% não pretende mudar dos municípios onde residem e 72,7% não pretende deixar o Vale do Ribeira. Dentre os grupos que pretendem mudar, os mais numerosos são os dos parceiros e assalariados eventuais, nos quais 57,2% e 49,0% das pessoas, respectivamente, desejam

TABELA 15. Distribuição Percentual dos Agricultores, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas e suas Indicações dos Locais para Mudança de Residência, Vale do Ribeira, 1973.

lugares indi- cados para mudança	C A T E G O R I A S D O S T R A B A L H A D O R E S					Total
	proprie- tário	arrenda- tário	parcei- ro	assala- ariado fixo	assala- ariado even- tual	
	%	%	%	%	%	
no mesmo mu- nicípio on- de reside	13,6	5,9	19,1	11,4	11,8	11,9 (27)
outros muni- cípios do Vale do Ri- beira	1,8	0	14,3	3,2	2,0	3,1 (7)
outras re- giões do Es- tado de São Paulo	6,9	14,8	9,5	6,4	3,8	7,5 (17)
outros Esta- dos	3,4	0	0	3,2	11,8	4,4 (10)
não sabe	11,8	17,6	14,3	14,5	19,6	15,4 (35)
não pretende mudar	62,5	61,7	42,8	61,3	51,0	57,7 (131)
TOTAL	100,0 (59)	100,0 (34)	100,0 (21)	100,0 (62)	100,0 (51)	100,0 (227)

mudar. A maior proporção desses parceiros (33,4%) pretende mudar apenas dentro do Vale do Ribeira, enquanto que a maior proporção desses assalariados (35,2%) pretendem mudar mudar para fora desse Vale ou não sabem para onde ir.

Esses resultados sugerem que, muito provavelmente o mercado de trabalho tem conseguido absorver apenas uma parte da mão-de-obra da região. Como vimos, mais da meta de dos agricultores (57,7%) não pretendem mudar dos lugares onde moram. Isto pode significar que, em parte o mercado de trabalho está absorvendo a mão-de-obra ali existente. Entretanto, 42,3% dos agricultores desejam mudar e a maior parte deles (27,3%) pretende deixar o Vale do Ribeira, ou não sabe para onde ir. Provavelmente para esses agricultores o mercado de trabalho da região tem sido deficiente, pois, geralmente são os agricultores mais jovens que abandonam o campo e geralmente o fazem à procura de emprego. Entretanto segundo GALESKI (1972:42), devemos admitir que quando os agricultores jovens abandonam o campo, eles não o fazem apenas devido às condições de trabalho. Eles o fazem, também, como uma atitude de revolta contra o padrão de vida rural, no qual eles sentem que não podem satisfazer suas aspirações mais caras como as de obter independência econômica e uma ocupação técnica. Muitos desses agricultores acreditam que, mais facilmente poderão satisfazer suas aspirações deixando a agricultura, indo trabalhar nas indústrias e mudando-se para as

cidades.

Segundo SJOBERG (1966:254), na medida em que a urbanização e a industrialização alcançam as cidades e a zona rural, os grupos sócio-econômicos mais do topo da estrutura rural logo apoiam as novas técnicas agrícolas que estão sendo difundidas e, então, em relação ao desenvolvimento alcançado por essas camadas, as camadas mais do fundo dessa estrutura vão ficando para trás. Entretanto mesmo essas camadas mais baixas podem melhorar um pouco seu padrão de vida, uma vez que a modernização tende a diminuir a mortalidade, a aumentar as chances de escolaridade e a fazer com que as famílias tenham um pouco mais de conforto em seus lares. É isto também o que se verifica na região estudada além do fato de que, ali, a urbanização e a industrialização também têm levado muitos agricultores dessas camadas mais baixas a abandonarem a área em que vivem, principalmente em busca de melhores condições de emprego e de habitação.

Portanto observa-se que, a baixa renda associada ao desenvolvimento sócio-econômico da região, são dois fatores que têm levado muitos agricultores a abandonarem o campo para viver nas cidades. Segundo SJOBERG (1966:244), nas regiões desenvolvidas esta evasão do campo pode ser consequência do aumento da eficiência do trabalho e da produção agrícola, ao mesmo tempo que os emigrantes podem estar sendo atraídos pelo maior prestígio da vida urbana. Na região

estudada observa-se, inclusive, que não são apenas os agricultores pobres que abandonam o campo mas, também aqueles que possuem certos recursos e um melhor nível de escolaridade. Como sabemos, o trabalhador agrícola pobre e analfabeto frequentemente não possui nem mesmo os recursos para abandonar sua área de pobreza. Entretanto se ele consegue ir para a cidade, pelo menos ali ele sente que pode sobreviver. Através das entrevistas verificamos que os agricultores que emigram, geralmente, no início, vão sem suas esposas. Quase sempre eles vão à procura de melhores condições de trabalho, "arranjados" por seus parentes ou amigos que já moram na cidade. Esse era, inclusive, o caso de alguns agricultores que estavam planejando mudar para São Paulo.

Devido à proximidade com os grandes centros como São Paulo e Santos, e devido às vias de comunicação que dão acesso ao Vale do Ribeira, muitas práticas agrícolas modernas estão sendo introduzidas na região estudada. De fato, através das entrevistas pudemos verificar que, vários produtores da região já usam muitas dessas práticas. Na região pesquisada, na medida em que o trabalho agrícola se torna mais moderno, mais técnico e mais especializado, surgem novos canais de mobilidade, e é assim que a tecnologia agricola moderna tem contribuído bastante para aumentar a mobilidade na estrutura ocupacional estudada. Isto se dá, principalmente, não apenas porque essa tecnologia cria novas

oportunidades de trabalho, mas porque também transfere muito trabalho braçal para as máquinas, criando novas necessidades de adaptação ao trabalho para os agricultores. Parece ser principalmente para satisfazer essas necessidades criadas pela tecnologia agrícola moderna, que eles mais têm desenvolvido sua mobilidade no presente.

Como vemos, tem sido relativamente grande a mobilidade dos agricultores através da estrutura ocupacional estudada. A Tabela 16 resume essa mobilidade, mostrando as proporções dos que subiram, desceram e dos que se mantiveram imóveis nessa estrutura.

TABELA 16. Frequência e Percentagem da Mobilidade Social dos Agricultores, Vale do Ribeira, 1973.

mobilidade	frequência	%
ascendente	34	19,1
imóvel	57	32,0
descendente	87	48,9
TOTAL	178	100,0

Esta tabela mostra que apenas 19,1% dos agricultores estudados conseguiram realizar uma mobilidade ascendente, apenas 32,0% têm se mantido imóveis na mesma categoria de trabalhadores de seus pais, enquanto que quase a metade, isto é, 48,9% realizaram uma mobilidade descendente, ou seja, desceram para categorias inferiores às de seus pais. Portanto esses resultados demonstram que, a mobilidade social representa frustração para a maioria dos agricultores e isto significa então que, há um número relativamente grande de pessoas insatisfeitas com a estrutura ocupacional da população estudada.

Entretanto observamos que 19,1% dos agricultores realizaram uma mobilidade ascendente e, como geralmente acontece, o alarde que se faz do sucesso dessa minoria acaba fazendo com que seja esquecido ou não notado o fracasso da maioria, ou seja, daqueles 48,9% que desceram na estrutura ocupacional. As tensões resultantes dessa mobilidade descendente podem também estar sendo reduzidas pela grande massa da população, que tem ganho certo conforto nos lares; podem estar sendo reduzidas pelo levantamento no padrão das ocupações, que tem alcançado até as categorias mais baixas dos trabalhadores, e, finalmente, elas podem ainda estar sendo toleradas porque muitos do que descem culpam a si mesmos pelo fracasso, admitindo que o sucesso, no mundo do trabalho, requer mais capacidade ou esforço do que eles possuem

ou estariam dispostos a dispender (GERMANI, 1966).

4. Sucesso e Fracasso na Mobilidade dos Agricultores

Dados os valores envolvidos na estrutura ocupacional, todo o esforço de mobilidade desenvolvido pelas pessoas geralmente visa a obtenção de mais poder, mais prestígio, ou o sucesso. Assim, o sucesso é como que o objetivo ou a finalidade da mobilidade. Segundo WILENSKY (1966:118), o ideal de sucesso no passado traduzia-se no sucesso econômico, mais especificamente, na aquisição de riqueza, de autonomia no trabalho, ou de independência econômica. Por isso, parece que no passado as pessoas se esforçavam mais nesse sentido. Atualmente, porém, parece que a maioria dos trabalhadores não têm uma clara ou firme convicção do que seja o sucesso. Para eles o ideal de sucesso já não mais está associado aos desejos de autonomia no trabalho, ou de independência econômica e sim, às aspirações de terem segurança econômica, conforto em seus lares e de participarem de certas formas de lazer relativamente caras e refinadas. Essas aspirações são mais características dos trabalhadores urbanos, porém fazem parte do ideal de sucesso de quase todas as pessoas em nossa sociedade, inclusive dos que trabalham no campo.

Portanto, também na zona rural muitas aspirações dos agricultores estão relacionadas ao moderno ideal de

sucesso. De fato, parece que atualmente a maioria dos agricultores já não mais se esforçam, como os do passado, por acumularem riqueza, por serem proprietários de terra, ou por terem autonomia no trabalho. A maioria parece desejar apenas um trabalho que lhes dê segurança econômica, ainda que numa situação de subordinados. Ao lado dessas aspirações há, como disse WILENSKY (1966:118), um forte desejo de obterem mais conforto em seus lares e de participarem de certas formas de lazer relativamente caras.

Estreitamente associados a essas aspirações dos agricultores, estão seus desejos de aumentarem seus rendimentos ou recursos econômicos, seja isto como um objetivo em si mesmo, ou como um meio de concretizarem suas aspirações de sucesso. Por isto procuramos verificar quais eram suas aspirações quanto ao cultivo de uma área maior e quanto a terem ou não outra ocupação ao lado de suas ocupações principais. São esses dados que apresentamos em seguida, nas Tabelas 17 e 18.

A Tabela 17 mostra a distribuição dos proprietários, arrendatários e parceiros, quanto às suas aspirações relativas ao cultivo de uma área maior. Vemos que a maioria dos proprietários (67,8%) e dos arrendatários (87,4%) pretendem esse cultivo, entretanto, a maioria dos parceiros (55,6%) não pretende. Provavelmente essa atitude dos parceiros se deve ao fato de que, frequentemente eles têm sido desestimula

TABELA 17. Distribuição Percentual dos Proprietários, Arrendatários e Parceiros e suas Aspirações quanto ao Cultivo de uma Área Maior, Vale do Ribeira, 1973.

Aspirações	CATEGORIAS DE TRABALHADORES		
	proprietários %	arrendatários %	parceiros %
pretendem cultivar uma área maior	67,8	87,4	44,4
não pretende cultivar uma área maior	32,2	12,6	55,6
TOTAL	100,0 (59)	100,0 (32)	100,0 (18)

dos de introduzirem melhoramentos nas propriedades que tomam em parceria. Esses melhoramentos têm levado muitos proprietários a aumentarem suas quotas sobre as colheitas, aumentando assim as despesas dos parceiros e reduzindo ainda mais suas rendas já bastante limitadas. Assim, isto representa como que uma punição dos parceiros pelos trabalhos de melhoramento que realizaram, e em parte explica porque muitos não procuram evoluir em suas ocupações, permanecendo nas situações difíceis em que geralmente se encontram.

TABELA 18. Frequência e Percentagem dos Agricultores, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas e sua procura de Trabalho Adicional, Vale do Ribeira, 1973.

categorias de trabalhadores	procuram trabalho adicional		não procuram trabalho adicional	
	n	%	n	%
proprietário	10	16,9	49	83,1
arrendatário	3	8,9	31	91,1
parceiros	3	14,3	18	85,7
assalariados fixos	7	11,4	55	88,6
assalariados eventuais	24	47,1	27	52,9
TOTAL	47	20,7	180	79,3

A Tabela 18 mostra a distribuição dos agricultores segundo as categorias de trabalhadores agrícolas e sua procura de trabalho adicional. Através dela verificamos que, 79,3% dos agricultores não procuram desenvolver outro trabalho ao lado de suas ocupações principais e a maioria dos que procuram, isto é, 51,1% são assalariados eventuais.

Quase a metade desses assalariados (47,1%) buscam trabalhos adicionais, enquanto que apenas 8,9% dos arrendatários e 11,4% dos assalariados fixos buscam esses trabalhos. Portanto, a maioria dos agricultores estudados não pretende ter mais de uma ocupação e, de fato, apenas 37,1% deles exerce efetivamente outra ocupação ao lado de suas ocupações principais.

Segundo RAMSOY (1966), a mobilidade social das pessoas, na zona urbana, depende mais das oportunidades que o ambiente lhes oferece do que de suas próprias capacidades psíquicas ou intelectuais. Na zona rural, entretanto, os fatores psicológicos parecem influir mais que os ambientais, uma vez que ali as oportunidades de mobilidade tendem a ser as mesmas para muitas pessoas e parecem ser poucas as que aproveitam. A percepção das chances de mobilidade ou de sucesso difere entre as pessoas e por isto diferem também seus esforços nesse sentido. É assim que os fatores psicológicos influenciam a mobilidade e influenciam ainda mais se as pessoas vêem suas ocupações como um meio de obterem mais poder, mais prestígio, ou sucesso. Na zona rural, entretanto, são poucas as pessoas que vêem suas ocupações assim. Entre os agricultores de baixa renda aqui estudados, por exemplo, as ocupações geralmente são vistas apenas como um meio de sobrevivência. Esta é uma das razões pelas quais geralmente eles não procuram ocupações melhores que as suas, ou nelas não

procuram evoluir. De fato, segundo RAMSOY, na sociedade de subsistência, onde se procura apenas garantir o alimento, geralmente a iniciativa para subir socialmente não é incentivada e isto faz com que também não seja incentivada a iniciativa para subir ocupacionalmente.

Na zona rural, na época das safras, as oportunidades de trabalho tendem a aumentar em todas as categorias de trabalhadores, pois, aumenta a demanda da mão-de-obra que, inclusive pode se tornar escassa. No período das entre-safras, entretanto, essa demanda cai e, então, muitas pessoas ficam desempregadas e outras assumem ocupações adicionais para compensar a redução que tiveram em suas rendas. Nessas épocas observa-se que a região estudada tende a favorecer as oportunidades de emprego fora da agricultura, principalmente devido à sua localização relativamente próxima aos grandes centros como São Paulo e Santos. Por essa razão, segundo PATRICK (1975b), na época das safras já chega a haver certa carência de mão-de-obra na região. Assim, vemos que é mais na época das entre-safras que os agricultores aumentam suas chances de mobilidade, uma vez que é este o período em que eles mais se esforçam para conseguirem trabalho ou ocupações adicionais, seja no setor agrícola ou mesmo fora dele.

Por trabalho ou ocupação adicional entendemos, aqui, todo trabalho ou ocupação efetivamente exercida pelos agricultores fora de sua principal unidade de produção. Este

trabalho influencia grandemente a mobilidade dos agricultores e, por essa razão, organizações os dados também como mostra a Tabela 19.

TABELA 19. Distribuição Percentual dos Agricultores, segundo as Categorias de Trabalhadores Agrícolas, relativas aos seus Trabalhos Principais e Adicionais, Vale do Ribeira, 1973.

Categorias relativas ao trabalho adicional	CATEGORIAS RELATIVAS AO TRABALHO PRINCIPAL				
	proprietário	arrendatário	parceiro	assalariado fixo	assalariado eventual
	%	%	%	%	%
arrendatário	10,0	0	4,8	4,8	2,0
parceiro	3,3	8,6	0	4,8	9,8
assalariado fixo	3,3	2,9	9,5	0	11,8
assalariado eventual	13,3	11,4	33,3	8,2	0
autônomo não-agrícola	6,6	11,4	4,8	0	2,0
assalariado urbano	6,7	0	4,8	4,8	15,7
não possuem	56,7	65,7	42,8	77,4	58,7
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL	(60)	(35)	(21)	(62)	(51)

A Tabela 19 expõe a distribuição dos agricultores estudados, segundo as categorias de trabalhadores relativas aos seus trabalhos principais e adicionais. Cerca de 37,1% dos agricultores entrevistados possuem trabalhos adicionais e, como mostra esta tabela, mais frequentemente são os parceiros (57,2%) e os proprietários (43,3%) que possuem esses trabalhos. Segundo esses dados, mais frequentemente também, os agricultores entrevistados tendem a ser assalariados eventuais em seus trabalhos adicionais. Segundo PATRICK (1975b:20), na região estudada o trabalho adicional é uma fonte de renda importante para os parceiros e proprietários, pois chega a representar até 30,0% de suas rendas líquidas mensais. Entretanto, esse trabalho só se torna realmente significativo para os agricultores na época das safras e, mesmo nesse período, não se ampliam muito suas possibilidades de ganho, pois, a demanda da mão-de-obra oscila e é bastante limitada na região.

Segundo WILENSKY (1966:113), um dos primeiros incentivos que os agricultores recebem para abandonar seu trabalho é quando lhes aparece a oportunidade de serem trabalhadores autônomos. Muitos agricultores hoje em dia desejam não ter patrões, embora as oportunidades, nesse sentido, já tenham diminuído bastante para a maioria deles. Na população estudada, o fato do agricultor não ter patrão implica num alto grau de prestígio e por isso muitos procuram ser au

tônomos, mesmo num trabalho adicional. Por exemplo, muitos trabalhadores subordinados alternam seus trabalhos principais com os de tarefeiro na zona rural ou urbana, ou com a realização de pequenos negócios. É assim que através dos trabalhos adicionais muitos agricultores têm conseguido se transformar, efetivamente, de empregado em trabalhador autônomo, ou de trabalhador subordinado em profissional independente.

Atualmente as oportunidades de trabalho autônomo tendem a diminuir, na agricultura, devido ao desenvolvimento da burocratização. No setor agrícola, a burocratização das atividades tem aumentado com o desenvolvimento das técnicas e do modo de produção e se traduz, por exemplo, no número cada vez maior de trabalhadores rurais que estão se transformando em operários agrícolas. Na região estudada observa-se que o aumento na burocratização do trabalho tende a diminuir as chances de mobilidade dos agricultores, principalmente porque dificulta sua transformação em trabalhadores autônomos e passa a exigir deles mais escolaridade para sua evolução nas ocupações. É assim que, na região estudada, muitos agricultores não mais têm podido realizar seus negócios independentes e muitos não mais têm conseguido mudar dos trabalhos manuais ou braçais para os não-manuais. Segundo SMELSER e LIPSET (1966), entretanto, a burocratização do trabalho pode também facilitar a mobilidade dos trabalhadores ,

na medida em que estrutura as ocupações em carreiras e organiza a passagem entre as categorias ocupacionais ou entre as categorias dos trabalhadores. Obviamente, porém, essa passagem só é facilitada se os trabalhadores têm os recursos exigidos pela burocracia nesse sentido. Entretanto, como sabemos, geralmente esses recursos não têm estado ao alcance dos agricultores e, por essa razão, o aumento na burocratização do trabalho mais tem dificultado do que facilitado sua mobilidade.

Como temos observado, o Vale do Ribeira representa uma das regiões agrícolas mais pobres do Estado de São Paulo e nessa região nos propusemos estudar apenas os agricultores de baixa renda. Consequentemente no presente trabalho é bastante significativa a análise dos agricultores que estão imobilizados no fundo da estrutura ocupacional, ou seja, na categoria dos assalariados eventuais. Segundo a Tabela 11, vimos que há um número relativamente grande de agricultores nessa situação, pois, 32,9% dos filhos dos assalariados eventuais ainda estão imobilizados nessa mesma categoria de seus pais. Para a maioria desses agricultores, inclusive, esta é a mesma categoria através da qual ingressaram no mercado de trabalho há vários anos. Dada a situação de pobreza das famílias desses agricultores, eles integram os grupos dos trabalhadores que estão realmente no fundo da estrutura ocupacional. Muitos deles, às vezes, dificilmente po

dem ser classificados como trabalhadores regulares, pois estão desempregados a maior parte do tempo ou são desempregados crônicos. Segundo MATZA (1966:314), as pessoas que estão no fundo ou abaixo do fundo da estrutura ocupacional integram a categoria dos pobres sem reputação ou dos paupérrimos e, de fato, não pertencem a essa estrutura. O que mais caracteriza esses grupos é o pauperismo em que vivem e este é principalmente um produto dos sentimentos de imobilidade e de desterro que experienciam quanto à estrutura ocupacional ou quanto à sua região. Comumente ao pauperismo desses agricultores têm se juntado o vício e a imoralidade que os tornam diferentes dos trabalhadores pobres comuns. Assim, o agricultor paupérrimo é aquele que tem sido classificado como pobre sem reputação; é o indivíduo que, além de viver na pobreza, é considerado indolente, inferior e um desclassificado, enfim.

A situação dos agricultores pobres sem reputação tem muito que ver com a dos assalariados eventuais que se imobilizaram no fundo da estrutura ocupacional, uma vez que sua imobilização se deu num nível onde a pobreza transvia com a imoralidade. De fato, segundo MATZA (1966:336), a categoria dos pobres sem reputação surge, principalmente, quando são fechados os canais de mobilidade para as pessoas saírem de uma região ou de uma categoria pobre. Por isso o paupérrimo geralmente é aquele que se imobilizou numa dessas

regiões ou categorias. Ele é pobre devido a sua imobilidade na pobreza e é principalmente devido a essa imobilidade que ele se desmoraliza.

Geralmente os agricultores pobres que não conseguem se manter no campo mudam para as cidades ou para outras regiões. Entretanto, a cada onda dessas emigrações sempre ficam para trás, no campo ou nas regiões pobres, aqueles que não conseguiram nem mesmo emigrar. Alguns desses agricultores se esforçam por manter seus velhos costumes e seus valores tradicionais. Entretanto, geralmente isto apenas tem contribuído para agravar sua situação, levando-os a sérios problemas econômicos e sociais e inclusive à desorganização de suas famílias. Na presente pesquisa pudemos entrevistar alguns desses agricultores também. Eles insistiam em continuar nas fazendas onde sempre moraram, embora atualmente se queixem contra os "bandos de gente nova" que, a cada safra vêm morar em suas vizinhanças e com os quais eles têm que trabalhar mesmo contra suas vontades. Para esses antigos moradores, as novas pessoas que temporariamente têm ido morar nas fazendas são "gente estranha", gente que não têm os seus costumes, as suas tradições e, por isso, eles não confiam nelas. Segundo os antigos moradores, os agricultores recém-chegados têm levado para a vida nas colônias os costumes dos lugares de onde vieram e isto tem contribuído para enfraquecer suas tradições ou seus costumes locais. Em geral os re-

cêm-chegados logo no início mostram otimismo quanto ao seu futuro no novo lugar. Entretanto, também eles acabam aderindo às atitudes conformistas dos antigos moradores, na medida em que suas misérias e privações vão se tornando comuns. Isto acontece principalmente quando os membros mais jovens das famílias recém-chegadas emigram para as cidades ou para outras regiões, deixando os mais velhos para trás. Entre as antigas famílias muitos jovens também abandonam o campo para viver nas cidades, porém muitos deles também aderem ao modo de pensar dos mais velhos, insistindo em continuar morando nas fazendas e se imobilizando em suas categorias de trabalhadores. É desta maneira que os dramas do pauperismo no campo vão envolvendo esses agricultores e vão se agravando principalmente para aqueles que fracassaram na mobilidade e se imobilizaram numa região pobre, numa categoria do fundo ou abaixo do fundo da estrutura ocupacional.

V. CONCLUSÕES

Na presente pesquisa analisamos a mobilidade social dos agricultores de baixa renda do Vale do Ribeira , no Estado de São Paulo, através de uma hierarquia composta pelas seguintes categorias, segundo sua ordem decrescente de prestígio: 1) proprietários, 2) arrendatários, 3) parceiros, 4) assalariados fixos e 5) assalariados eventuais. Verificamos que, nas categorias mais prestigiadas, a receita mensal das famílias tende a ser maior e vice-versa. Entretanto , 75,8% das famílias dos assalariados fixos, por exemplo, tinham uma receita mensal maior que a da maioria das famílias dos parceiros e arrendatários. Conclui-se portanto que, muitas dessas famílias de agricultores podem descer na hierarquia de prestígio, ainda que haja um aumento em suas recei-

tas mensais.

Os estudos sobre a mobilidade social têm demonstrado que, de um modo geral os filhos permanecem nas mesmas categorias sócio-econômicas de seus pais. Na presente pesquisa, inicialmente foi isto também o que verificamos, considerando apenas tres amplas categorias de agricultores, ou sejam: 1) a dos proprietários, 2) a dos arrendatários e parceiros e 3) a dos assalariados fixos e eventuais. O respectivo χ^2 demonstrou que, num nível de significância de 0,05, há associação entre a classificação dos agricultores e de seus pais nessas categorias: a maioria dos agricultores estão nas mesmas categorias de seus pais e, de um modo geral todos eles são filhos de agricultores. Isto significa que, há uma herança ocupacional deixada por esses agricultores aos seus filhos e que, há certa imobilidade na estrutura ocupacional estudada. Entretanto a associação encontrada é relativamente fraca, pois, seu coeficiente de contingência foi apenas 0,241 quando poderia ser até 0,816. Além disso as tres categorias consideradas são excessivamente amplas e, assim, podem estar escondendo a mobilidade que dentro delas ocorre. Passamos então a considerar as cinco categorias que inicialmente foram definidas, e, verificamos que não mais havia associação entre a classificação dos agricultores e de seus pais em relação a elas, naquele mesmo nível de significância: apenas 32,0% dos agricultores permaneceram na

mesma categoria de seus pais, 19,1% mudaram para categorias superiores e 48,9% desceram para categorias inferiores. Isto demonstra que houve significativa mobilidade na população estudada e que quase a metade dos agricultores está insatisfeita com a estrutura ocupacional da região devido à sua mobilidade descendente.

As categorias de agricultores que demonstraram maior força na determinação das categorias dos filhos foram as dos proprietários e arrendatários. Mesmo assim, apenas 1,7 de cada 5 filhos dos proprietários e apenas 2,1 de cada 5 filhos dos arrendatários continuaram na mesma categoria de seus pais. Logo, mesmo nas categorias do topo da estrutura ocupacional é grande a mobilidade e, como vimos, geralmente ela ocorre em direção ao fundo dessa estrutura. No sentido inverso, vimos que 25,7% dos filhos dos assalariados fixos e 24,0% dos filhos dos assalariados eventuais tornaram-se proprietários. Entretanto, essa mobilidade do fundo para o topo da estrutura ocupacional foi a mais rara. Assim, como noutros estudos também aqui verificamos que, a tendência em permanecer nas categorias dos pais foi bem menor no fundo do que no topo da estrutura ocupacional.

Os custos da mobilidade tendem a ser mais elevados quando ela é descontínua. Os casos mais extremos dessa mobilidade, na população estudada, referem-se às mudanças da categoria dos proprietários para a dos assalariados even-

tuais. Cerca de 17,0% dos filhos dos proprietários realizaram essa mobilidade. A mobilidade parcialmente bloqueada também resulta em muita frustração para os trabalhadores. Na população estudada, por exemplo, 24,0% dos que iniciaram suas carreiras como filhos de assalariados eventuais conseguiram tornar-se apenas assalariados fixos e 20,0% subiram apenas até as categorias dos parceiros e arrendatários. Para esses então, as aspirações de alcançar as categorias mais elevadas continuam insatisfeitas devido a sua mobilidade parcialmente bloqueada. Como a população estudada se constitui num grupo de baixa renda, nela são poucos os canais de mobilidade. Por isso, frequentemente seus agricultores também têm desenvolvido a mobilidade não institucionalizada. Isto geralmente os tem levado aos empregos instáveis e às emigrações, introduzindo muita desorganização na estrutura ocupacional. Nesse sentido vimos, por exemplo, que 22,3% dos agricultores são assalariados eventuais, 68,0% são móveis na estrutura ocupacional e 37,1% exercem efetivamente outras ocupações ao lado de suas ocupações principais. Sem dúvida isto contribui para aumentar a mobilidade não institucionalizada na população e como nela também são frequentes a mobilidade descontínua e a parcialmente bloqueada, concluímos que há muita tensão, ressentimentos e frustrações em sua estrutura ocupacional.

A adoção da tecnologia moderna na agricultura

e as aplicações do Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural têm introduzido muitas mudanças na estrutura ocupacional da população estudada. A mobilidade dos seus agricultores tem sido um dos meios deles se adaptarem a essas mudanças. Assim, vimos que em todas as categorias de trabalhadores, exceto na dos proprietários, foi sempre maior o número de agricultores oriundos de outras categorias. O volume da categoria dos proprietários foi reduzido de 56,5% para 28,3%, e os das demais aumentaram bastante, na estrutura ocupacional relativa aos agricultores, em comparação com os das categorias da estrutura relativa a seus pais. Portanto, as categorias estudadas têm contribuído mais para a mudança do que para a estabilidade da estrutura ocupacional e essa mudança é mais no sentido de reduzir os volume das categorias do topo, aumentando os das categorias do fundo dessa estrutura. Em consequência essa mobilidade tem levado ao enfraquecimento das tradições nas categorias dos trabalhadores e tem modificado a estrutura ocupacional da população principalmente no sentido da proletarianização dos agricultores.

As pessoas sentem-se mais estimuladas à mobilidade quando vêem suas ocupações como um meio de obterem sucesso. Entretanto, entre os agricultores de baixa renda dificilmente isto ocorre pois, para eles geralmente as ocupações representam apenas um meio de sobrevivência e isto não os estimula a evoluir ocupacionalmente. Assim, 32,0% dos agricul

tores estudados estão imobilizados no fundo da estrutura ocupacional, isto é, na categoria dos assalariados eventuais e sua situação de pobreza os tem transformado em paupérrimos, ou seja, em pobres sem reputação. O pauperismo desses agricultores tem muito que ver com sua imobilidade pois, é consequência de se terem fechado para eles os canais da mobilidade que os levaria para fora de uma categoria pobre. São esses agricultores principalmente que vivem os dramas da pobreza, da desmoralização e desorganização da família, muito comuns entre os que fracassaram na mobilidade e se imobilizaram no fundo da estrutura ocupacional.

VI. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Fundação Getúlio Vargas, 1956. *Conjuntura Econômica*. nº 12:71-77.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970. *Divisão do Brasil em Micro-regiões Homogêneas*, 1968. Rio de Janeiro.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970. *VIII Recenseamento Geral - Censo Demográfico de São Paulo*. Vol. 1, tomo XVIII, 3a. parte.

BROOM, L. e P. SELZNICK, 1963. *Sociology*. New York, Harper & Row Publishers Incorporated. 746 p., 3a. edição.

BROOM, L. e P. SELZNICK, 1968. *Sociology*. New York, Harper & Row Publishers Incorporated. 562 p., 4a. edição.

- CROCKETT, JR., H.J., 1966. Psychological Origins of Mobility. In: SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 280-308.
- DUNCAN, O.D., 1966. Methodological Issues in the Analysis of Social Mobility. In: SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 51-96.
- EE.UU. Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, 1966. *Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Sôcio-Econômico do Setor Agrícola - Brasil*. Washington D.C.
- ETTORI, O.J.T., 1961. Mão-de-Obra na Agricultura de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*. nº 12:13-39.
- FOLKMAN, W.S. e J.D. COUHIG, 1963. Intergenerational Occupational Mobility in a Rural Area. *Rural Sociology*. Vol.28: 405-407.
- GALESKI, B., 1972. *Basic Concepts in Rural Sociology*. Manchester, Manchester University Press, 382 p.
- GERMANI, G., 1966. Social and Political Consequences of Mobility. In: SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 364-394.
- HALLER, A.O., D.B. HOLSINGER e H.V. SARAIVA, 1972. Variations in Occupational Prestige Hierarchies: Brazilian Data. *American Journal of Sociology*. Vol. 77:941-956.

- HILL, G.W. e H.T.CHRISTENSEN, 1942. Some Cultural Factors Related to Occupational Mobility Among Wisconsin Farmers. *Rural Sociology*. Vol. 7:193-200.
- HOSELITZ, B.F., 1966. Interaction Between Industrial and Pre-Industrial Stratification Systems. In: SMELSER, N.J. e S. M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 177-192.
- HUTCHINSON, B., Coord., 1960. *Mobilidade e Trabalho*. Rio de Janeiro, D.F., Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 451 p.
- KAUFMAN, H.F., O.D. DUNCAN, N. GROSS e W.H. SEWELL, 1953. Problems of Theory and Method in the Study of Social Stratification in Rural Society. *Rural Sociology*. Vol.18: 12-24.
- LIPSET, S.M., 1955. Social Mobility and Urbanization . *Rural Sociology*. Vol. 20:220-228.
- MARSHALL, A., 1963. *Princípios de Economia*. Madrid, Aguilar, S.A. de Ediciones. 733 p.
- MATZA, D., 1966. The Disreputable Poor. In:SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET. Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 310-339.
- MOLINA FILHO, J., 1977. Unidades de Produção Agrícola no Brasil. *O Solo*, Piracicaba, 1:7-14.

- MOORE, W.E., 1966. Changes in Occupational Structures. In: SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 194-212.
- PASTORE, J., 1974. *O Processo de Decisão sob Condições de Incerteza e Risco: Caso da Agricultura de Subsistência no Brasil*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas-USP. 25 p.
- PATRICK, G.F., 1975. *Grupos de Pobreza na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas - USP. 43 p.
- PATRICK, G.F., 1975. *Pobreza Rural no Brasil: Determinantes e Alternativas*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 36 p.
- PEREZ, L.H., 1975. *Caracterização de Áreas Agrícolas Brasileiras Segundo suas Formas de Produção*. Piracicaba, ESALQ/USP, 184 p. (tese de Mestrado).
- PIHLBLAD, C.T. e C.L. GREGORY, 1957. Occupational Mobility in Small Communities in Missouri. *Rural Sociology*. Vol. 22:40-49.
- QUEIROZ, M.I.P. de, 1965. Les Classes Sociales dans le Brésil Actuel. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol. 39:15-26.
- RAMSOY, N.R., 1966. Changes in Rates and Forms of Mobility. In: SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p.213-234.

- SELIGMAN, L.G., 1966. Political Mobility and Development. In: SMELSER, N.J. e S.M.LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 340-363.
- SIMÃO, A. e F. GOLDMAN, 1958. *Itanhaém-Estudo sobre o Desenvolvimento Econômico e Social de uma Comunidade Litorânea*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-USP. 109 p.
- SJOBERG, G., 1966. Rural-Urban Balance and Models of Economic Development. In: SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 235-261.
- SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, 1966. Social Structure, Mobility and Development. In: SMELSER, N.J. e S.M.LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 1-49.
- SMITH, M.G., 1966. Pre-Industrial Stratification Systems. In: SMELSER, N.J. e S.M.LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 141-175.
- WILENSKY, H.L., 1966. Measures and Effects of Mobility. In: SMELSER, N.J. e S.M. LIPSET, Coord. *Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago, Aldine Publishing Company, p. 98-133.

APENDICE

APÊNDICE 1. Mobilidade dos Agricultores Filhos dos Proprietários.

Categoria de trabalhador dos pais	Categorias de trabalhadores dos filhos segundo a ordem de ingresso					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
propriet. 79	arrend. 11		propriet. 2	ass.urb. 1	propriet. 1	arrend. 1
			parceiro 2			
			ass.fixo 1			
			ass.event. 2			
	parceiro 5		propriet. 1	ass.event. 1		
			arrend. 2	parceiro 2		
	ass.fixo 18		ass.event. 2	ass.fixo 1		
			ass.urb. 1	ass.fixo 1	ass.urb. 1	ass.fixo 1
	ass.event. 15		propriet. 4	ass.fixo 1		
			ass.event. 1	ass.fixo 1		
			arrend. 2			
			ass.fixo 3	ass.event. 1	arrend. 1	
propriet. 104	auton.não-agrícola 1		ass.urb. 1	propriet. 1	parceiro 1	
			propriet. 1			
			arrend. 1			
			ass.fixo 1			
	ass.urb. 6		ass.event. 2			
			auton.não-agrícola 1	propriet. 1		
	arrend. 4		propriet. 2			
			ass.fixo 1			
			ass.urb. 1	arrend. 1		
	ass.fixos 10		propriet. 1	ass.fixo 1	arrend. 1	
			arrend. 1			
			auton.não-agrícola 1	ass.fixo 1	ass.event. 1	
			ass.urb. 2	ass.fixo 1		
ass.event. 9	ass.event. 9		propriet. 2			
			ass.fixo 1			
			ass.urb. 2	arrend. 1	ass.event. 1	propriet. 1
	auton.não-agrícola 1		ass.fixo 1			
			propriet. 1			

Este apêndice mostra a mobilidade dos agricultores, filhos dos proprietários, segundo a ordem de seus ingressos nas categorias de trabalhadores. Vê-se que, dos 104 filhos dos proprietários, 79 (ou 75,9%) tornaram-se também proprietários ao ingressarem pela 1ª vez no trabalho. Considerando-se o 2º ingresso, apenas 23 (29,1%) continuaram nessa categoria; no 3º ingresso apenas 4 tornaram-se proprietários e nos demais foi menor ainda o número dos que retornaram à categoria de seus pais.

APÊNDICE 2. Mobilidade dos Agricultores Filhos dos Arrendatários

Categoria de trabalhador dos pais	Categorias de trabalhadores dos filhos segundo a ordem de ingresso			
	1ª	2ª	3ª	4ª
arrend. 12	propriet. 3	arrend. 2	parceiro 1	
		ass.fixo 1	ass.event.1	ass.fixo 1
		propriet. 1	arrend. 1	
	arrend. 8	parceiro 2		
		ass.fixo 2	arrend. 1	
		ass.event. 1	arrend. 1	
		autôn.não-agrícola 1	ass.event.1	
	ass.fixo 1	ass.event. 1		

Este Apêndice mostra a mobilidade dos agricultores, filhos dos arrendatários, segundo a ordem de seus ingresso nas categorias dos trabalhadores. Vemos que 8 (ou 66,6%) dos 12 filhos dos arrendatários também tornaram-se arrendatários ao ingressarem pela 1ª vez no trabalho. No 2ª ingresso apenas 2 deles voltaram para a categoria de seus pais e no 3ª apenas a metade (3) voltou; os demais (50,0%) ingressaram em categorias menos prestigiadas que a de seus pais.

APÊNDICE 3. Mobilidade dos Agricultores Filhos dos Assalariados Fixos

Categoria de trabalhador dos pais	Categorias de trabalhadores dos filhos segundo a ordem de ingresso			
	1ª	2ª	3ª	4ª
assalariado fixo 35	propriet. 3			
	parceiro 1			
		propriet. 3		
		arrend. 2		
		parceiro 2	ass.fixo 1	parceiro 1
	ass.fixo 20		ass.event. 1	ass.fixo 1
		ass.event. 7	arrend. 1	
		ass.urb. 2	ass.event. 2	ass.fixo 1
		propriet. 2		
		arrend. 2		
	ass.event. 9	parceiro 2	ass.fixo 2	
		ass.fixo 1		
		ass.urb. 1	ass.event. 1	
	ass.urb. 2	propriet. 1		
		ass.event. 1		

Este apêndice mostra a mobilidade dos agricultores, filhos dos assalariados fixos, segundo a ordem de seus ingressos nas categorias de trabalhadores. Observa-se que 57,1% (ou 20) desses agricultores tornaram-se também assalariados fixos ao ingressarem pela 1ª vez no trabalho. Quanto às mudanças posteriores, vemos que apenas 5 retornaram à categoria de seus pais, enquanto que a maioria dos restantes tornaram-se apenas assalariados eventuais.

APÊNDICE 4. Mobilidade dos Agricultores Filhos dos Assalariados Eventuais.

Categoria de trabalhador dos pais	Categorias de trabalhadores dos filhos segundo a ordem de ingresso						
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
ass.event. 25	propriet. 1						
	parceiro 1						
	ass.fixo 8	<div> <div>propriet. 1</div> <div>arrend. 1</div> <div>ass.event. 4</div> <div>ass.urb. 1</div> </div>	<div> <div>propriet. 1</div> <div>ass.fixo 1</div> <div>ass.fixo 1</div> </div>	<div> <div>propriet. 1</div> <div>ass.event. 1</div> </div>			
	ass.event. 13	<div> <div>propriet. 1</div> <div>arrend. 2</div> <div>parceiro 2</div> <div>ass.fixo 4</div> </div>					
auton.não-agrícola 1	ass.urb. 1	<div> <div>auton.não-agrícola 1</div> <div>ass.event. 1</div> </div>					

Este apêndice mostra a mobilidade dos filhos dos assalariados eventuais, segundo a ordem de seus ingressos nas categorias de trabalhadores. Observa-se que 52,0% (ou 13) tornaram-se também assalariados eventuais ao ingressarem pela 1ª vez no trabalho; a maioria dos restantes tornou-se assalariado fixo. Quanto às mudanças posteriores, vemos que o número dos que tornaram-se assalariados fixos e dos que tornaram-se assalariados eventuais é aproximadamente o mesmo.

APÊNDICE 5. Mobilidade dos Agricultores Filhos dos Parceiros, Autônomos não-agrícolas e Assalariados Urbanos.

Categorias de trabalhadores dos pais.		Categorias de trabalhadores dos filhos segundo a ordem de ingresso					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
parceiro	2	parceiro	1	propriet.	1		
		ass.fixo	1				
autôn.não-agricola	4	ass.fixo	1	ass.event.	1	ass.urb.	1
		ass.event.	2	ass.fixo	1		
		ass.urb.	1	ass.event.	1	ass.fixo	1
						ass.urb.	1
						autôn.não-agricola	1
						prc-	
						pried.	1
ass.urbano	2	ass.fixo	2	parceiro	1	ass.fixo	1
				ass.event.	1		

Este apêndice mostra a mobilidade dos agricultores filhos dos parceiros, dos trabalhadores autônomos não-agrícolas e dos assalariados urbanos, segundo a ordem de seus ingressos nas categorias de trabalhadores. Observa-se que, já no 1º ingresso, apenas 1 agricultor (parceiro) permaneceu na mesma categoria de seu pai; os demais ingressaram em categorias diferentes. Quanto às mudanças posteriores, vemos que todos os agricultores continuaram mudando para categorias diferentes daquelas de seus pais e tornaram-se principalmente assalariados fixos ou eventuais.

APÊNDICE 6. TABELA 20. Distribuição do Total dos Imóveis Rurais do Vale do Ribeira, em 1972.

área total (ha)	número de imóveis	
	total	com área explorada
0,5 - 1	58	35
1 - 2	103	74
2 - 5	502	361
5 - 10	615	471
10 - 25	2.314	1.702
25 - 50	1.701	1.276
50 - 100	1.089	816
100 - 200	615	438
200 - 500	438	276
500 - 1000	145	93
1000 - 2000	83	51
2000 - 5000	54	36
5000 - 10000	6	3
10000 - 20000	5	1
20000 e mais	1	-
TOTAL	7.729	5.633

FONTE: L.H.PEREZ (1975:166)

APÊNDICE 7. TABELA 21. Distribuição da Ocupação Humana dos Imóveis Rurais do Vale do Ribeira, em 1972.

área total (ha)	residentes por imóvel	% de mora dias desoc cupadas	% de famí lias en tre os re sidentes	famílias por imó vel
0,5 - 1	5,3	2,5	36,4	1,2
1 - 2	4,3	24,7	51,4	0,9
2 - 5	4,1	13,4	51,8	0,8
5 - 10	4,7	20,3	49,6	0,9
10 - 25	5,4	21,8	42,5	1,0
25 - 50	6,7	24,9	31,0	1,4
50 - 100	8,4	25,0	22,5	1,8
100 - 200	10,7	30,2	19,3	2,2
200 - 500	12,7	24,1	10,0	2,9
500 - 1000	19,4	24,6	7,4	4,5
1000 - 2000	20,3	21,3	6,6	5,2
2000 - 5000	37,9	19,8	0,1	9,7
5000 - 10000	70,0	23,7	0,0	15,0
10000 - 20000	0,0	100,0	0,0	0,0
TOTAL	7,3	23,9	28,1	1,5

FONTE: L.H.PEREZ (1975:181)

APÊNDICE 8. TABELA 22. Distribuição da Mão-de-Obra Agrícola,
segundo a Área dos Imóveis Rurais, no Vale do
Ribeira, em 1972.

área total (ha)	% de mão-de-obra total			
	assalaria do perma- nente	assalaria- do tempo- rário	mão-de- obra fami- lial	parceiros e arrenda- tários
0,5 - 1	4,1	41,7	54,2	0,0
1 - 2	4,0	24,0	72,0	0,0
2 - 5	4,9	31,4	61,4	2,3
5 - 10	7,4	30,3	61,0	1,3
10 - 25	10,0	41,2	46,8	2,0
25 - 50	18,7	44,8	34,4	2,1
50 - 100	18,7	42,0	26,2	3,1
100 - 200	26,7	42,2	26,6	4,5
200 - 500	27,2	56,9	12,9	3,0
500 - 1000	27,5	60,5	7,4	4,6
1000 - 2000	40,7	50,6	4,2	4,5
2000 - 5000	45,6	53,8	0,5	0,1
5000 - 10000	28,6	0,0	71,4	0,0
TOTAL	21,8	45,1	30,4	2,7

FONTE: L.H.PEREZ (1975:180)

APÊNDICE 9. TABELA 23. Força de Trabalho na Zona Rural do Es
tado de São Paulo, 1955.

Categorias	mil trabalhadores	%
1- Colonos	285	20,4
2- Parceiros	225	16,0
3- Camaradas por dia	221	15,8
4- Camaradas por mês	86	6,0
5- Arrendatários	215	15,4
6- Proprietários	360	26,4
TOTAL	1.392	100,0

FONTE: O.J.T. ETTORI (1961:14)